

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SC
PROCESSO SELETIVO – EDUCAÇÃO BÁSICA**

EDITAL 2362/2023

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 4º da Lei nº 16.861, de 28 de dezembro de 2015, e legislação em vigor no ato da admissão, torna público, pelo presente Edital, as normas para realização do Processo Seletivo para Admissão de Professores em Caráter Temporário, para atuação na educação básica: nos níveis de Ensino Fundamental e Ensino Médio, nas modalidades de Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Escolar Quilombola, Educação em Espaços de Privação de Liberdade (Unidades Prisionais, Unidades Socioeducativas e Centros Terapêuticos), Casa familiar Rural, Programas/Projetos, no Ensino Regular da Rede Pública Estadual e, também, para atuação na Educação Profissional, nas formas Integrado, Subsequente e Concomitante, para os anos letivos de 2024 e 2025.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Processo Seletivo será regido por este Edital, seus Anexos e eventuais posteriores retificações e complementações, instruções normativas, comunicados, avisos e notas oficiais publicadas no endereço eletrônico do Processo Seletivo: www.acao.org.br/act e www.sed.sc.gov.br, e/ou, ainda, a critério da Comissão da Secretaria de Estado da Educação – SED/SC; no Diário Oficial do Estado - DOE, na Convocação de Etapa e no material de Prova. Sua execução caberá à Associação Catarinense das Fundações Educacionais, doravante denominada ACAFE, instituição com inquestionável capacidade técnica e experiência na matéria, ilibada reputação ético-profissional, sem fins lucrativos e experiência reconhecida na realização de processos seletivos, contratada pela Secretaria de Estado da Educação do Estado de Santa Catarina - SC para a organização e execução do certame.

- 1.1. O Processo Seletivo destina-se ao provimento de vagas para o cargo de Professor Admitido em Caráter Temporário para os anos letivos de 2024 e 2025.
- 1.2. A contratação em caráter temporária do professor legalmente **HABILITADO** para o exercício da função na qual está sendo admitido, decorrente do Processo Seletivo, obedecerá a ordem decrescente da classificação e será válida por dois anos letivos, 2024 e 2025, não havendo reclassificação de candidatos.
- 1.3. Tendo em vista o andamento deste certame simultaneamente ao Processo Seletivo para Educação Indígena, orienta-se que somente é permitido a inscrição em um dos certames, considerando a realização das provas de ambos no mesmo horário e data.
 - 1.3.1. Havendo inscrição do mesmo candidato em mais de um certame, este deverá optar por um, sendo vedado realizar mais de uma prova de certames diferentes, não sendo devido ao candidato qualquer ressarcimento da importância paga a título de taxa de inscrição.
- 1.4. Fazem parte deste edital os anexos:

Anexo	Assunto
I	Cronograma das etapas
II	Quadro das Áreas de Conhecimento de Referência / Habilitação Mínima Exigida
III	Coordenadoria / Supervisão Regional de Educação
IV	Cidades para Aplicação da Prova Objetiva
V	Descritivo das Atribuições
VI	Ementas, Conteúdos Programáticos e Referências Bibliográficas
VII	Modelo de declaração de identificação do núcleo familiar

1.4.1. As datas e os períodos estabelecidos, no Anexo I são passíveis de alteração, conforme necessidade e conveniência da Secretaria de Estado da Educação, previamente comunicada por meio de edital.

1.4.2. Todos os horários definidos neste Edital, seus anexos e demais publicações oficiais referentes ao andamento deste certame, possuem como referência o horário de Brasília-DF.

1.5. O Processo Seletivo de que trata este edital compreenderá a aplicação das seguintes etapas:

Etapas	Caráter
1 - Prova Objetiva	Eliminatória e classificatória
2 - Prova de Títulos	Classificatória
3 - Prova Prática de LIBRAS	Eliminatória e classificatória

1.5.1. As etapas do Processo Seletivo serão realizadas no Estado de Santa Catarina.

1.5.2. A etapa 3, somente será aplicada ao candidato inscrito na Área de Conhecimento de Referência, que exija habilitação ou domínio de LIBRAS.

1.6. A inscrição no presente Processo Seletivo implica na aceitação irrestrita das condições estabelecidas neste edital, bem como de todas as normas que o norteiam e das decisões que possam ser tomadas, sendo previamente comunicada por meio de edital, em relação às quais, o candidato, não poderá alegar desconhecimento.

1.7. Tendo em vista as características inerentes ao ambiente da internet, a ACAFE não se responsabiliza por interrupções ou suspensões de conexão, transmissões de computador incompletas, bem como por falha técnica de qualquer tipo, incluindo, mas não se limitando, ao mau funcionamento eletrônico de qualquer rede, hardware ou software. A indisponibilidade de acesso à internet ou ao website, assim como qualquer informação incorreta ou incompleta e qualquer falha humana, técnica ou de qualquer outro tipo no processamento das informações contidas no website não serão consideradas responsabilidade da ACAFE, que expressamente se exime de qualquer responsabilidade proveniente de tais fatos e/ou atos.

É responsabilidade única e exclusiva do candidato certificar-se de que a documentação está corretamente anexada, sem erros, antes de enviá-la.

2. DAS ÁREAS DE CONHECIMENTO, DA HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDAS

- 2.1. O candidato com formação superior deverá apresentar diploma de conclusão do Curso, devidamente registrado, ou, provisoriamente, para os formandos, declaração de que concluiu e foi aprovado em todas as disciplinas.
- 2.2. O candidato que apresentar certidão de colação de grau ou declaração de que concluiu o curso deverá obrigatoriamente, no dia da admissão, apresentar o original e a fotocópia do diploma de conclusão do Curso.
- 2.3. O candidato que não apresentar no dia da admissão o diploma de conclusão do Curso perceberá seus vencimentos como não-habilitado até que o apresente.

3. DA ATRIBUIÇÃO, JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO

- 3.1. A descrição das atribuições, em conformidade com a legislação vigente, encontra-se no Anexo V deste Edital;
- 3.2. A jornada de trabalho do professor admitido em caráter temporário será, preferencialmente, de dez, vinte, trinta e quarenta horas semanais, observado o disposto na Lei 16861/15;
- 3.3. O salário é a retribuição pecuniária percebida pelo professor admitido em caráter temporário, o qual será correspondente ao nível de habilitação na data da contratação, e, ainda, carga horária semanal.

4. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO DE RELAÇÃO DE TRABALHO

- 4.1. Além de ter sido classificado neste certame, na forma estabelecida por este Edital, são requisitos para ingresso no serviço público, a serem comprovados quando da admissão/contratação:

Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa, desde que o candidato esteja amparado pelo Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do Parágrafo 1º, art. 12, da Constituição Federal e do Decreto 70436/72;

- a) Ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos na data da admissão;
- b) Certidão de quitação das obrigações eleitorais e militares (esta última somente para candidatos do sexo masculino até 45 anos);
- c) Atestado médico comprovando aptidão física e mental para o exercício das atribuições de professor, expedido, há no máximo trinta dias. (inclusive para Pessoa com Deficiência - PcD);
- d) Atestado comprovando a condição de PcD e a compatibilidade com as atribuições da função de Professor, conforme Anexo V;
- e) Comprovante de não ter sido dispensado, nos últimos 3 anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou sindicância, em conformidade com a legislação vigente, e/ou por abandono ao serviço sem justificativa, quando decorridos mais de 3 dias consecutivos ou 5 dias intercalados de ausência;

- f) Comprovante de não ter sofrido, nos últimos 3 anos, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público por justa causa, fato a ser comprovado no ato de admissão;
- g) Comprovar pleno exercício de seus direitos civis (<https://www.tjsc.jus.br/web/judicial/certidoes>) e políticos (<https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>), mediante apresentação de certidão de antecedentes criminais, dos últimos 5 (cinco) anos, a ser expedido pelo Fórum;
- h) Impressão da qualificação cadastral no Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), cuja consulta poderá ser realizada no site consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/qualificacao/qualificar.xhtml
- i) Preencher um questionário de investigação social, de autoria da Secretaria de Administração Prisional e Socioeducativa/SAP (apenas para candidato classificado para assumir uma vaga nos espaços de privação de liberdade (unidade prisional e unidade socioeducativa)) item 22.20 deste Edital.
- j) Apresentar comprovante da escolaridade e/ou outros requisitos necessários para o exercício da vaga pretendida, conforme tabelas do Anexo II deste Edital;
- k) Declaração de que não percebe proventos de aposentadoria civil (servidor público civil) ou militar ou remuneração de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita, na forma estabelecida pela Constituição Federal;
- l) Apresentar documento de identidade, certidão de nascimento, casamento ou equivalente, Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e Cadastro de Pessoa Física – CPF, regularizados;
- m) Apresentar a inscrição no Programa de Integração Social (PIS) ou no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), ou, se não estiver cadastrado, negativa expedida pela Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil, respectivamente;
- n) Apresentar comprovante de residência (água, luz ou telefone) atualizado e em nome próprio, ou, no caso de comprovante em nome de terceiros, declaração do titular, devidamente reconhecida em cartório, de que reside no respectivo endereço;
- o) Apresentar declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, e;
- p) Comprovante de conta bancária no Banco do Brasil.

- 4.2. Nos termos da letra “d” e “e”, do item 4 deste Edital, a ausência da aptidão física e mental, ou, ainda, a incompatibilidade da deficiência com as atribuições da vaga pretendida, impossibilitam a admissão/contratação:
- 4.3. Nos termos da letra “k”, do item 4 deste Edital, somente serão aceitos como documentos de identidade: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Ministério das Relações Exteriores, ou Polícia Militar; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, são válidos como documentos de identidade; Certificado de Reservista; Passaporte (dentro da validade); Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (somente modelo com foto) e Cédula de Identidade para Estrangeiro. Caso o candidato tenha documento de Identidade aberto ou avariado ou com foto desatualizada, deverá portar outro documento (dentro os acima citados).
- 4.4. Não serão aceitos como documentos de identidade: somente a cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, protocolo de documentos, certidões de nascimento,

títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos abertos, ou avariados, ou com foto desatualizada, ou ilegíveis, ou, ainda, não identificáveis.

- 4.5. Para fins de registro, é imprescindível, ainda, que o candidato possua número de CPF regularizado.
- 4.5.1. O preenchimento de todos os requisitos necessários elencados no item 4 deste Edital e seus subitens, quando da admissão/contratação, é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá comprová-los mediante a apresentação das vias originais dos comprovantes, acompanhadas de fotocópia simples e legível, no prazo de 24 horas após o recebimento de e-mail com a confirmação de ocupação de vaga, sob pena de não se concretizar a admissão/contratação.

5. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 5.1. É facultado a qualquer cidadão apresentar solicitação de impugnação, de forma fundamentada, ao presente Edital e/ou eventuais retificações, no período de 48 horas a partir da publicação.
- 5.2. Para formalizar o pedido de impugnação deverá ser enviado e-mail para o endereço eletrônico concursos@acafe.org.br contendo a indicação do item/subitem que será objeto de impugnação, devidamente fundamentado. Não haverá hipótese de solicitação do pedido de revisão de outra forma e/ou por outro meio, ou ainda, fora do prazo estabelecido independentemente do motivo alegado.
- 5.3. O pedido de impugnação será analisado e julgado pela Comissão da Secretaria de Estado da Educação – SED/SC e pela Comissão Técnica da ACAFE.
- 5.4. Ao término da apreciação a SED/SC e a ACAFE divulgarão nos endereços eletrônicos, citados no item 1, no menor prazo possível, o parecer contendo a análise e o julgamento.
- 5.5. Não caberá, sob nenhuma hipótese, recurso administrativo sobre o resultado do julgamento do pedido de impugnação.

6. DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO

- 6.1. A inscrição no Processo Seletivo, que trata este Edital, será realizada somente via internet. Não haverá outro prazo nem outra forma de recebimento de inscrições que não a estipulada neste item.
- 6.2. É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição, com informações fidedignas do candidato participante e o envio da documentação exigida, quando for o caso.
 - 6.2.1. Durante o período de inscrição, no Requerimento de Inscrição, o candidato que desejar utilizar a condição de jurado como critério de desempate, deverá encaminhar via *Upload* imagem legível contendo certidão, declaração, atestado, ou outros documentos públicos expedidos pela Justiça Estadual ou Federal, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do Código de Processo Penal, art. 440.

6.2.2. A informações prestadas no Requerimento Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo responder este, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarreta sua eliminação do Processo Seletivo, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto 83.936, de 6 de setembro de 1979.

6.3. Da validade da inscrição

6.3.1. A inscrição somente será validada mediante confirmação pela ACAFE do pagamento efetuado. O candidato que não efetuar o pagamento do boleto bancário até a data do vencimento, terá automaticamente a sua inscrição cancelada.

6.3.2. Ao candidato, é permitida uma única inscrição. Na hipótese de efetuar o pagamento de mais de uma inscrição, será considerada válida e será homologada a de data e hora mais recente, sendo as demais desconsideradas, não sendo devido qualquer ressarcimento da importância paga a título de valor de inscrição.

6.4. Da assinatura no requerimento de inscrição

6.4.1. No momento da inscrição, o candidato ou seu representante legal deverá assinalar a concordância com os termos que constam neste Edital, declarando:

6.4.1.1. que aceita que os seus dados pessoais, sensíveis ou não, sejam tratados e processados de forma a possibilitar a efetiva execução do Processo Seletivo, com a aplicação dos critérios de avaliação e seleção, autorizando expressamente a divulgação de seu(s) nome(s), número de inscrição, notas e resultados preliminares e finais;

6.4.1.2. que aceita receber, quando necessário, o envio de comunicados por WhatsApp, SMS ou e-mail cadastrados através do requerimento de inscrição, pela ACAFE, em observância aos princípios da publicidade e da transparência que regem a Administração Pública e nos termos do Decreto 48.237, de 22 de julho de 2021 (Dispõe sobre a aplicação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo).

6.4.1.3. que ao assinalar a opção aceite, declara que leu e que concorda, com as normas do Edital e seus anexos. Declara ainda, que está ciente das orientações disponíveis na página que regerão o Processo Seletivo, e que concorda com as decisões que possam ser tomadas pelas Comissões da SED/SC e da ACAFE nos casos omissos e não previstos no Edital.

6.5. Da taxa de inscrição e do pagamento do boleto

6.5.1. A taxa de inscrição a ser paga em favor da SED/SC, mediante boleto bancário será de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais).

6.5.2. O candidato, após efetuar o pagamento da taxa de inscrição, não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a devolução da importância recolhida, salvo alteração de requisito essencial ao certame, exclusão da Área de Conhecimento de Referência ou cancelamento do certame, também é vedada a transferência do valor pago para terceiros, assim como transferência da inscrição para outrem.

- 6.5.3. Haverá isenção da taxa de inscrição para o candidato interessado e que atender às condições estabelecidas na Lei Estadual nº 10.567/97 e Lei Estadual nº 17.457/18 (doadores de sangue e medula óssea), Lei Estadual nº 11.289/99, (hipossuficiente), Lei Estadual nº 17.480/18 (pessoa com deficiência e hipossuficiente), Lei Federal nº 13.656/2018 (CadÚnico) e Lei Estadual nº 17.998/2020 (voluntariados da Justiça Eleitoral e jurados que atuarem no Tribunal do Júri).
- 6.5.4. O boleto bancário estará disponível na área do candidato, após a efetivação da inscrição e não será encaminhado por e-mail.
- 6.5.5. O pagamento da taxa de inscrição, poderá ser efetuado em qualquer agência bancária do território nacional, (observado o horário de atendimento externo das agências), em postos de autoatendimento ou via internet (observado o horário estabelecido pelo Banco para quitação).
- 6.5.6. Não será admitida qualquer justificativa de atraso de pagamento por parte do candidato. Caso ocorra feriado nacional, paralisação ou fechamento de agências bancárias na cidade em que o candidato se encontra, recomenda-se a realização de pagamento online dentro do prazo estabelecido.
 - 6.5.6.1. Mantenha em posse, o boleto bancário e o comprovante de pagamento, para comprovação futura, caso necessário;
 - 6.5.6.2. A inscrição não será confirmada caso o pagamento efetuado apresente o valor diferente do estipulado ou qualquer outra irregularidade que impossibilite o seu recebimento, bem como efetuado pagamento fora do prazo estabelecido.
- 6.5.7. É responsabilidade exclusiva do candidato a escolha da instituição bancária para a quitação do boleto bancário, o pagamento da taxa de inscrição e a sua compensação, assim como, qualquer consulta junto à referida instituição relacionada ao pagamento.
- 6.6. Pagamentos agendados e/ou não efetuados até a data limite para pagamento, ou ainda em valor inferior a taxa de inscrição, não serão considerados como realizados, em hipótese alguma, implicando a não efetivação da inscrição.
- 6.7. A falta de confirmação, pelo banco, do pagamento da taxa de inscrição implica a não efetivação da inscrição do candidato.
- 6.8. Não será aceita inscrição paga de forma condicional e/ou extemporânea, por meio de depósito, via postal, transferência, ordem de pagamento, ou por qualquer outra via que não a especificada neste Edital (quitação do boleto bancário). Também, não será aceita solicitação de inscrição que não atenda rigorosamente ao estabelecido neste Edital.
- 6.9. O pagamento de taxa de inscrição realizado no último dia e que eventualmente resulte em processamento do pagamento em data posterior a este, ensejará a não homologação. Em hipótese alguma, haverá homologação de inscrição cujo pagamento processado apresente data posterior a do vencimento do boleto bancário.
- 6.10. A confirmação pela ACAFE do pagamento efetuado, estará disponível na área do candidato, em até três dias úteis, após o pagamento. Compete ao candidato a verificação

e confirmação.

6.11. A ACAFE não se responsabilizará por pagamento da taxa de inscrição indevido, ou seja, efetuado com boleto não autenticado pela ACAFE e pelo Banco do Brasil.

6.12. Da inscrição

6.12.1. A inscrição deverá ser realizada exclusivamente pela *internet* no *site* acafe.org.br/act.

6.12.2. Para realizar a inscrição pela internet, o candidato, ou seu representante legal, deverá:

6.12.2.1. ter em mãos, o número do cadastro de pessoa física (CPF) do candidato, documento obrigatório para a efetivação da inscrição, não sendo permitido o uso de CPF de terceiros.

6.12.2.1.1. candidato estrangeiro também deverá estar inscrito no Cadastro de Pessoa Física (CPF).

6.12.3. acessar o *site* acafe.or.br/act a partir das 16h do dia 25 de agosto de 2023 até às 23h59min do dia 12 de setembro de 2023 e preencher o Requerimento de Inscrição com os dados pessoais do candidato e seguir as instruções contidas na página, selecionando:

6.12.3.1. o edital da Educação Básica;

6.12.3.2. uma Coordenadoria Regional de Educação (Anexo III);

6.12.3.3. uma Área de Conhecimento de Referência para a Prova, considerando, para tanto, a sua condição de **HABILITADO**, orientando-se pelo Anexo II;

6.12.3.4. uma cidade que deseja realizar a Prova Objetiva; conforme lista contida no Anexo IV;

6.12.3.5. a modalidade de concorrência - se pretende concorrer, ou não, à vaga reservada à pessoa com deficiência – item 6.18; e

6.12.3.6. se pretende ou não pleitear isenção da taxa de inscrição - item 6.16.

6.12.4. cadastrar uma senha para acessar a Área do Candidato. Esta senha é pessoal e intransferível e possibilitará o acesso a informações pessoal e de desempenho, a recurso interposto e sua respectiva resposta, a alteração de dado cadastral permitido e a atualização de endereço, telefone e e-mail.

6.12.5. submeter o Requerimento de Inscrição, clicando no botão “Enviar Requerimento”;

6.12.6. manter em seu arquivo digital o comprovante que será enviado para o e-mail informado no Requerimento de Inscrição, nele, constará o número da inscrição no Processo Seletivo e o extrato dos dados submetidos. O recebimento dessa mensagem não garante a homologação da inscrição, que apenas se efetivará com o pagamento do boleto bancário;

6.12.7. imprimir o boleto bancário que estará disponível apenas na área do candidato, após a efetivação da inscrição e providenciar o pagamento até o dia 13 de setembro de 2023;

- 6.12.7.1. o candidato que solicitou a isenção da taxa de inscrição e não logrou deferimento, somente terá acesso ao boleto bancário após a publicação do resultado do pedido de isenção;

6.13. Das disposições gerais da inscrição

- 6.14. Durante o período de inscrição o candidato poderá alterar seus dados pessoais, exceto: CPF, nome e data de nascimento no sistema disponível no site acafe.org.br/act na opção do menu “Inscrição”. Após o período de inscrição, as informações prestadas serão definitivas, não cabendo qualquer tipo de alteração exceto: endereço para correspondência, telefone e e-mail.

- 6.14.1. os dados cadastrais informados, a conferência e, se for o caso, as alterações efetuadas são de total responsabilidade do candidato.

- 6.15. Preferencialmente, durante toda a validade, e, no que diz respeito ao certame, especificamente, o candidato deverá utilizar o mesmo documento de identidade utilizado na realização da inscrição, inclusive no que diz respeito ao ingresso às provas.

6.16. Da isenção de pagamento da inscrição

- 6.16.1. O candidato interessado e que atender às condições estabelecidas na Lei Estadual nº 10.567/97 e Lei Estadual nº 17.457/18 (doadores de sangue e medula óssea), Lei Estadual nº 11.289/99, (hipossuficiente), Lei Estadual nº 17.480/18 (pessoa com deficiência e hipossuficiente) e Lei Federal nº. 13.656/2018, que estiverem inscritos/as no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e forem membros de família de baixa renda, poderá pleitear a isenção do pagamento do valor da inscrição, no período de 25 de agosto de 2023 a 04 de setembro de 2023, seguindo passos descritos no item 6.12, as informações contidas na página e os procedimentos, abaixo:

- 6.16.1.1. para doadores de sangue e/ou medula óssea:

- 6.16.1.1.1. enviar, via *Upload*, um dos documentos abaixo:

- a) documento comprobatório, padronizado, de sua condição de doador regular de sangue, expedido por Banco de Sangue público ou privado (autorizado pelo poder público) em que faz a doação, constando, pelo menos, 03 doações, no período de 12 meses anteriores ao último dia de inscrição;
- b) documento válido comprobatório de que é doador de medula óssea datado de, no mínimo, 3 meses anteriores ao último dia de inscrição.

- 6.16.1.2. para o hipossuficiente:

- 6.16.1.2.1. enviar, via *Upload*, os documentos abaixo:

- a) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS atualizada das seguintes páginas:
 - a. Identificação (página da foto);
 - b. qualificação civil (dados pessoais);
 - c. último registro de contrato de trabalho e página (em branco) posterior ao último registro;
 - i. se não tiver nenhum contrato de trabalho registrado deverá apresentar cópia da primeira página destinada ao registro de contratos de trabalho, em branco;

- d. rescisão do último contrato de trabalho (página das anotações gerais).
 - b) cópia dos três últimos contracheques, comprovando renda mensal igual ou inferior a 02 (dois) salários-mínimos (nacional).
- 6.16.1.2.2. se desempregado, enviar, via *Upload*, declaração de próprio punho (legível datada e assinada) sobre seu não enquadramento, para suprir o não envio do documento exigido.
- 6.16.1.3. para o deficiente e hipossuficiente:
- 6.16.1.3.1. enviar, via *Upload*, os documentos abaixo:
- a) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS atualizada das seguintes páginas:
 - a. Identificação (página da foto);
 - b. qualificação civil (dados pessoais);
 - c. último registro de contrato de trabalho e página (em branco) posterior ao último registro;
 - i. se não tiver nenhum contrato de trabalho registrado deverá apresentar cópia da primeira página destinada ao registro de contratos de trabalho, em branco;
 - d. rescisão do último contrato de trabalho (página das anotações gerais).
 - b) cópia dos três últimos contracheques, comprovando renda mensal igual ou inferior a 02 (dois) salários-mínimos (nacional).
 - c) laudo médico, emitido há menos de um ano da data de término das inscrições, atestando que se trata de deficiência irreversível o qual deverá conter:
 - a. Nome completo do candidato;
 - b. Descrição clínica da deficiência, com tipo e grau da deficiência;
 - c. Código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID) em vigência;
 - d. Identificação (nome completo, especialidade e Registro do Conselho Profissional) e assinatura do médico.
- 6.16.1.3.2. não serão consideradas como deficiência, para efeitos da isenção, os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.
- 6.16.1.4. para o CadÚnico:
- 6.16.1.4.1. enviar, via *Upload*, os documentos abaixo:
- a) inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
 - b) declaração de ser membro de família de baixa renda, nos termos da regulamentação do Governo Federal para o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (conforme Anexo VII) e
 - c) comprovante de recebimento de benefício(s) por meio do CadÚnico em que conste o nome do/a requerente. Não será aceito somente registro de inscrição no CadÚnico.
- 6.16.1.5. para o Voluntariado da Justiça Eleitoral ou Jurado no Tribunal do Júri:
- 6.16.1.5.1. enviar, via *Upload*, os documentos abaixo:
- a) certidão expedida pela Justiça Eleitoral ou da Vara Criminal do Tribunal do Júri, o qual deverá conter:
 - a. nome completo do eleitor ou jurado, a função desempenhada, o turno e a data da eleição e/ou as datas em que prestou serviço de jurado perante o Tribunal do Júri.

- 6.16.2. A Comissão Técnica da ACAFE verificará as informações prestadas pelo candidato e deliberará pela concessão, ou não, da isenção, reservando-se o direito de exigir, a qualquer tempo, documentos complementares que atestem a condição que motiva a solicitação de atendimento declarado.
- 6.16.3. O simples preenchimento dos dados necessários e envio dos documentos para a solicitação da isenção de taxa de inscrição não garante o benefício ao interessado, o qual estará sujeito à análise e ao deferimento por parte da Comissão Técnica da ACAFE.
- 6.16.4. As informações prestadas no requerimento de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo responder este, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarreta sua eliminação do Processo Seletivo, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto 83.936, de 6 de setembro de 1979.
- 6.16.5. Não será concedida a isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:
- 6.16.5.1. omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
- 6.16.5.2. fraudar e/ou falsificar documentação;
- 6.16.5.3. não observar a forma, o prazo e os horários estabelecidos no subitem 6.16 deste edital.
- 6.16.6. O resultado preliminar referente ao pedido de isenção da taxa de inscrição, será divulgado a partir das 14h do dia 06 de setembro de 2023 no site acafe.org.br/act.

6.17. Do recurso

- 6.17.1. Caso o candidato não concorde com o resultado preliminar, poderá interpor recurso até 23h59min do dia 08 de setembro de 2023, exclusivamente, por meio de consulta individual pela internet, no site acafe.org.br/act, seguindo as orientações da página. Não haverá hipótese de interposição de outra forma e/ou por outro meio, ou ainda, fora do prazo estabelecido independentemente do motivo alegado.
- 6.17.2. A resposta ao recurso será individualizada e será disponibilizada, para acesso exclusivo pelo impetrante, por meio de consulta individual pela internet, no site acafe.org.br/act, a partir das 16h do dia 12 de setembro de 2023.
- 6.17.3. É irrecorrível a decisão da Comissão Técnica da ACAFE, sobre esses recursos.
- 6.17.4. O resultado referente ao pedido de isenção da taxa de inscrição, será divulgado a partir das 16h do dia 12 de setembro de 2023 no site acafe.org.br/act.
- 6.17.5. O candidato, que logrou deferimento no pedido de isenção da taxa de inscrição, terá a inscrição automaticamente efetivada
- 6.17.6. O candidato, que não logrou o deferimento da isenção da taxa de inscrição e pretende permanecer no certame, deverá providenciar o pagamento do boleto bancário que estará disponível na área do candidato, até a data do vencimento.

6.17.7. O candidato que não tiver seu pedido de isenção deferido e que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e no prazo estabelecidos no subitem anterior estará automaticamente excluído do Processo Seletivo.

6.17.8. O candidato que tiver seu pedido de isenção deferido e que, concomitantemente, efetuar o pagamento da taxa, terá seu pedido de isenção cancelado, não cabendo solicitação de ressarcimento posterior

6.18. Para as Pessoas com Deficiência (PcD)

6.19. Têm assegurado direito de inscrição neste certame, de acordo com a Constituição Federal de 1988, art. 37, inciso VIII e Lei Estadual nº 12.870/04, art. 35, as Pessoas com Deficiência, assim compreendidas aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no Decreto Federal nº 3.298/99, art. 4º. Sendo-lhes reservado o percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas a serem ofertadas em cada Área de Conhecimento de Referência/Coordenadoria Regional de Educação.

6.19.1. Para pleitear a inscrição na condição de Pessoa com Deficiência, o candidato ou seu representante, no período a partir das 16 horas do dia 25 de agosto de 2023 até às 23h59min do dia 04 de setembro de 2023, seguindo passos descritos no item 6.12, as informações contidas na página e os procedimentos, abaixo:

6.19.1.1. selecionar a opção “Pessoa com Deficiência - PcD” no campo “Modalidade de Concorrência” e uma das categorias, abaixo:

6.19.1.1.1. Deficiência física

(Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "a", c/c Decreto nº 3.298/99, art. 4º, I).

6.19.1.1.2. Deficiência auditiva

perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

- a) de 25 a 40 decibéis - db - surdez leve;
- b) de 41 a 55 - db - surdez moderada;
- c) de 56 a 70 - db - surdez acentuada;
- d) de 71 a 90 - db - surdez severa;
- e) acima de 91 - db - surdez profunda; e
- f) anacusia.

6.19.1.1.3. Deficiência visual

acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações.

6.19.1.1.4. Deficiência mental

funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho; e

6.19.1.1.5. Deficiência múltipla

associação de duas ou mais deficiências.

6.19.1.2. Enviar, via *Upload*, até o dia 13 de setembro de 2023, o documento abaixo:

- a) Laudo médico expedido no prazo máximo de 6 (seis) meses da data do término das inscrições, atestando de deficiência irreversível, o qual deverá conter:
 - a. Nome completo do candidato;
 - b. Descrição clínica da deficiência, com tipo e grau da deficiência;
 - c. Código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID) em vigência;
 - d. Identificação (nome completo, especialidade e Registro do Conselho Profissional) e assinatura do médico.

6.19.2. O resultado preliminar referente ao pedido para participar do certame como Pessoa com Deficiência e concorrer ao percentual de vaga reservada, será divulgado a partir das 14h do dia 15 de setembro de 2023 no site acafe.org.br/act.

6.20. Do recurso

6.20.1. Caso o candidato não concorde com o resultado preliminar, poderá interpor recurso até 23h59min do dia 18 de setembro de 2023, exclusivamente, por meio de consulta individual pela internet, no site acafe.org.br/act, seguindo as orientações da página. Não haverá hipótese de interposição de outra forma e/ou por outro meio, ou ainda, fora do prazo estabelecido independentemente do motivo alegado.

6.20.2. A resposta ao recurso será individualizada e será disponibilizada, para acesso exclusivo pelo impetrante, por meio de consulta individual pela internet, no site acafe.org.br/act, a partir das 16h do dia 19 de setembro de 2023.

6.20.3. É irrecorrível a decisão da Comissão Técnica da ACAFE, sobre esses recursos.

6.20.4. O resultado referente ao pedido para participar do certame como Pessoa com Deficiência e concorrer ao percentual de vaga reservada, será divulgado a partir das 14h do dia 19 de setembro de 2023 no site acafe.org.br/act.

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – PcD

- 7.1.1. Para fins de contratação, a deficiência de que é portador, deverá obrigatoriamente, ser compatível com as atribuições funcionais, comprovando por meio de atestado médico, uma vez que, em hipótese alguma as atribuições serão modificadas para se adaptarem às condições especiais do PcD, não sendo, todavia, obstáculo ao exercício das atribuições a utilização de material tecnológico ou equipamentos específicos de uso habitual do candidato ou a necessidade de adaptação do ambiente de trabalho.
- 7.1.2. Nos termos da legislação vigente, distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples, do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres não serão considerados como deficiência.
- 7.1.3. Caso a aplicação do percentual de que trata o item 6.19 resulte em número fracionado, este deverá ser elevado para o primeiro número inteiro subsequente, conforme a Lei Estadual nº 12.870/04, art. 35º, §2º, observando-se, contudo, o limite máximo de vagas reservadas em lei.
- 7.1.4. A pessoa com deficiência que não declarar essa condição por ocasião da inscrição concorrerá única e exclusivamente à(s) vaga(s) da ampla concorrência e não poderá invocar esta condição futuramente em seu favor.
- 7.1.5. O candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência poderá requerer atendimento especial, conforme estipulado no item 8 deste Edital. Ressalvadas as disposições especiais, com o amparo do Decreto Federal nº 9.508/18, particularmente o art. 2º, os candidatos com deficiência participarão do certame em igualdade de condições com os demais candidatos, no que tange às provas aplicadas, ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.
- 7.1.5.1. Consideram-se condições de igualdade aquelas que permitam a avaliação do candidato com deficiência, respeitando as peculiaridades da deficiência de que possui.
- 7.1.6. Com base na Lei nº 7.853/89, art. 8º, II e Decreto Federal nº 9.508/18, art. 7º, a análise realizada no momento da inscrição atém-se ao cumprimento dos requisitos formais previstos neste Edital, de forma que o não cumprimento dos requisitos estabelecidos neste capítulo, quaisquer que sejam, implica o indeferimento da inscrição como Pessoa com Deficiência - PcD, mesmo que o candidato tenha marcado tal opção no requerimento de inscrição.

8. DOS ATENDIMENTOS

8.1. Da pessoa com deficiência

- 8.1.1. O candidato portador de deficiência que necessitar de atendimento especial para realizar a prova deverá requerê-lo até 14 de setembro de 2023, através do formulário para solicitação de atendimento especial, disponível na área do candidato, no site acafe.org.br/act, seguindo as orientações da página e comprovar sua necessidade por meio de laudo médico legível, emitido no máximo nos 12 meses anteriores à data de término das inscrições, o qual deverá conter:

- a. Nome completo do candidato;
- b. Descrição clínica da deficiência, com tipo e grau da deficiência;
- c. Código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID) em vigência;
- d. Identificação (nome completo, especialidade e Registro do Conselho Profissional) e assinatura do médico.

8.1.2. O candidato portador de deficiência visual que requerer a prova em braille deverá transcrever as respostas das questões da Prova Objetiva em Braille, devendo levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, máquina de Braille ou reglete e punção, podendo utilizar-se de soroban.

8.1.3. O candidato portador de baixa visão que necessitar de prova ampliada deverá indicar o tamanho da fonte de sua prova ampliada, entre 24, 26 ou 28. Não havendo indicação do tamanho de fonte, o candidato receberá todo material de prova (Caderno de Prova, Cartão Resposta), ampliado com fonte Arial, tamanho 26.

8.1.4. O candidato portador de prótese auditiva deverá comprovar sua necessidade, inclusive no dia da prova à Coordenação Local, através de laudo médico, para poder fazer uso do aparelho auditivo. Caso o candidato não comprove a necessidade do uso deverá retirar o aparelho antes de iniciar a prova.

8.1.5. O candidato portador de prótese metálica, ou de marca-passo deverá comprovar sua necessidade, através de laudo médico, devendo apresentar, inclusive no dia da prova à Coordenação Local, para evitar constrangimentos ao passar pelo detector de metal.

8.1.6. O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para realização da prova, deverá, adicionalmente, apresentar laudo médico emitido por especialista da área de sua deficiência.

8.1.7. O candidato que solicitar tempo adicional por apresentar Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) deverá, adicionalmente, apresentar laudo de acompanhamento especializado de pelo menos 6 meses.

8.1.8. O laudo médico apresentado pelo candidato terá validade somente para este Processo Seletivo.

8.1.9. No caso de tempo adicional, conforme Lei Federal nº 7.853/89 e alterações. Prezando pela isonomia de tratamento entre os candidatos, por padrão, será concedida 1(uma) hora adicional a candidatos nessa situação.

8.2. Da amamentação

8.2.1. O candidato sem deficiência e/ou pessoa com outra condição específica que necessitar de atendimento diferenciado para realizar a prova deverá requerê-lo até o dia 14 de setembro de 2023, através do formulário para solicitação de atendimento diferenciado, disponível no site acafe.org.br/act, seguindo as orientações da página.

8.2.2. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova poderá fazê-lo em sala reservada para tanto, desde que observados os procedimentos

constantes do subitem 8.1.1, para adoção das providências necessárias, devendo encaminhar fotocópia da certidão de nascimento do filho.

- 8.2.3. A criança deverá permanecer no ambiente reservado para amamentação, acompanhada de adulto responsável por sua guarda, formalmente indicado pela candidata quando do requerimento.
- 8.2.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá se ausentar temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.
- 8.2.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.
- 8.2.6. O acompanhante deverá observar e respeitar as regras do certame, estando, também, proibido de utilizar aparelhos eletrônicos ou celulares. O descumprimento à essa restrição implicará na eliminação da candidata.
- 8.2.7. Haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

8.3. Do Adorno e indumentária

- 8.3.1. O candidato que, em razão de crença ou convicção religiosa, adote o uso de adornos ou indumentárias (kipá, turbante, véu etc.) deverá requerer autorização para o uso na forma definida pelo subitem 8.1.1 deste Edital, anexando atestado emitido pela Congregação Religiosa que comprove sua condição. Neste caso, o candidato poderá ser submetido no dia da prova, a uso do detector de metal, caso necessário.

8.4. Do Nome Social

- 8.4.1. O candidato travesti ou transexual (pessoa que se identifica e quer ser reconhecida socialmente em consonância com sua identidade de gênero), deverá requerê-lo, no ato da inscrição selecionando a opção “Nome Social” e preencher o respectivo campo com o Nome Social.
- 8.4.2. O participante que desejar o Atendimento pelo Nome Social, deverá seguir as orientações da página e enviar via *Upload*, documentos que comprovem a condição que motiva a solicitação de Atendimento. Os documentos necessários são:
 - a) fotografia atual, nítida, individual, colorida, com fundo branco que enquadre desde a cabeça até os ombros, de rosto inteiro, sem o uso de óculos escuros e artigos de chapelaria (boné, chapéu, viseira, gorro ou similares);
 - b) cópia digitalizada, frente e verso, de um dos documentos de identificação oficial com foto, válido, de acordo com o item 14.2.1 deste Edital.

8.5. Do atendimento em hospital

- 8.5.1. O candidato que por impedimento grave de saúde anteriormente ao dia de realização da prova tiver que realizá-las em hospital, deverá requerer, por escrito, à Coordenação Local da cidade escolhida para realização da prova, através de seu representante legal, com no mínimo uma hora de antecedência do início da prova, sob pena de não ser atendido.

- 8.5.2. O Documento de Identidade do candidato, juntamente com atestado médico que comprove sua enfermidade deverá, obrigatoriamente, ser apresentado ao Coordenador Local.
- 8.5.3. O atendimento em hospital ficará sujeito à análise da viabilidade, condições do atendimento e razoabilidade do pedido.
- 8.5.4. O atendimento em hospital deverá obrigatoriamente ser realizado na cidade escolhida para realização da prova.
- 8.5.5. Não será realizado atendimento domiciliar, em nenhuma hipótese.
- 8.6. Caso o candidato necessite de condição especial não explicitada no formulário para solicitação de atendimento especial, deverá escolher a opção “outros recursos e necessidade:” e explicitá-las no campo apropriado desse formulário.
- 8.7. O candidato com deficiência que não atender as normas acima estabelecidas, não terá o atendimento e/ou condição especial para a realização da prova.
- 8.8. As condições de atendimento especial requeridas ficarão sujeito à análise da legalidade, viabilidade e razoabilidade do pedido.
- 8.9. A ACAFE tem o direito de exigir, a qualquer momento documentos que atestem a condição que motiva a solicitação de Atendimento das pessoas com deficiência, Atendimento diferenciado e/ou pelo Nome Social.
- 8.10. O participante deverá prestar informações exatas e fidedignas no Ato da Inscrição ou posteriormente quanto à condição que motiva a solicitação de atendimento e/ou de auxílio de acessibilidade, sob pena de responder por crime contra a fé pública e de ser eliminado deste Processo Seletivo, a qualquer tempo.
- 8.11. O resultado preliminar referente às condições especiais solicitadas, explicitando o atendimento total, parcial ou o não atendimento, será divulgado a partir das 14h do dia 15 de setembro de 2023 no site acafe.org.br/act.
- 8.12. Do recurso**
- 8.12.1. Caso o candidato não concorde com o deferimento parcial ou com o indeferimento do atendimento solicitado, poderá interpor recurso até 23h59min do dia 18 de setembro de 2023, exclusivamente, por meio de consulta individual pela internet, no site acafe.org.br/act, seguindo as orientações da página.
- 8.12.2. A resposta ao recurso será individualizada e será disponibilizada, para acesso exclusivo pelo impetrante, por meio de consulta individual pela internet, no site acafe.org.br/act, a partir das 16h do dia 19 de setembro de 2023.
- 8.12.3. É irrecorrível a decisão da Comissão Técnica da ACAFE sobre esses recursos.
- 8.12.4. O resultado referente às condições especiais, será divulgado a partir das 16h do dia 18 de setembro de 2023 no site acafe.org.br/act.

9. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

9.1. Será divulgada, no dia 14 de setembro de 2023, pela internet, no site acafe.org.br/act, a Homologação Preliminar das Inscrições.

9.2. Do recurso

9.3. Caso o candidato não concorde com o resultado da Homologação Preliminar das Inscrições, poderá interpor recurso até 23h59min de 15 de setembro de 2023, exclusivamente, por meio de consulta individual pela internet, no site acafe.org.br/act, seguindo as orientações da página. Não haverá hipótese de interposição de outra forma e/ou por outro meio, ou ainda, fora do prazo estabelecido independentemente do motivo alegado.

9.4. A resposta ao recurso será individualizada e será disponibilizada, para acesso exclusivo pelo impetrante, por meio de consulta individual pela internet, no site acafe.org.br/act, a partir das 16h do dia 18 de setembro de 2023.

9.5. Se mantida a não homologação, após o julgamento do recurso, o candidato será eliminado do certame, não assistindo direito de realizar a(s) prova(s).

9.6. É irrecorrível a decisão da Comissão Técnica da ACAFE, sobre esses recursos.

9.7. A Homologação das inscrições, será divulgado a partir das 14h do dia 18 de setembro de 2023 no site acafe.org.br/act.

10. DA CONFIRMAÇÃO DO LOCAL DE PROVA

10.1. É responsabilidade exclusiva do candidato ou de seu representante legal confirmar o local de realização da prova a partir das 16h do dia 21 de setembro de 2023, até o dia anterior ao dia de aplicação da prova, por um dos seguintes locais:

10.1.1. pela internet, no site acafe.org.br/act;

10.1.2. na sede da ACAFE, em Florianópolis: Rua Presidente Coutinho, 311 - Centro Comercial Saint James - 1º andar - Centro - Florianópolis – SC ou pelo telefone (48) 3224-8860 de segunda à sexta-feira, em dias úteis, das 8h às 12h e das 14h às 18h.

10.2. Caso o candidato não esteja alocado em uma sala para realizar a prova, este deverá encaminhar um e-mail para act@acafe.org.br, até o dia anterior ao dia de aplicação da prova, com requerimento solicitando a regularização da inscrição, devendo anexar cópia do boleto de cobrança devidamente autenticado pela rede bancária, ou de documento de arrecadação que comprove o pagamento da taxa de inscrição.

10.3. A Comissão Técnica do Processo Seletivo ACAFE irá verificar a regularidade da inscrição e, se esta for comprovada, procederá à inclusão do candidato, comunicando-lhe via telefone e pelo e-mail cadastrado.

11. DA RETIFICAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS

- 11.1. O candidato poderá, em qualquer tempo, retificar os dados pessoais de sua inscrição, com exceção do CPF, nome e data de nascimento, ou atualizar o endereço, acessando via internet, a área do candidato, constante do site acafe.org.br/act.
- 11.2. No caso de retificação do nome e data de nascimento, é obrigatório o envio, via *upload*, da imagem do documento que comprove a retificação.
- 11.2.1. É responsabilidade do candidato, em qualquer tempo, atualizar seu endereço, telefone e e-mail.
- 11.2.2. A SED/SC e a ACAFE não se responsabilizam por prejuízos decorrentes de convocações, informativos e comunicados que o candidato deixe de receber em razão da imprecisão e/ou desatualização de seus dados cadastrais.

12. DA PROVA OBJETIVA

12.1. Do calendário da prova

- 12.1.1. A Prova Objetiva de caráter eliminatório e classificatório, será realizada no dia 01 de outubro de 2023 e terá a duração de quatro horas, para todos os candidatos.
- 12.1.2. A SED/SC e a ACAFE se reservam o direito de transferir a data e/ou local de aplicação da prova, por motivos fortuitos ou de força maior tais como, pandemia, enchentes, perturbações da ordem pública, ou outras situações que impactem diretamente na segurança ou a saúde das pessoas ou o acesso ao local de prova, dando ciência aos candidatos pelo endereço eletrônico (e-mail) cadastrado e por informativo no site acafe.org.br/act.
- 12.1.2.1. Havendo alteração da data prevista, a prova poderá ocorrer em sábados, domingos ou feriados nacionais.
- 12.1.2.2. A realização da prova na data prevista dependerá da disponibilidade de locais adequados à sua realização.

12.2. Do conteúdo das Áreas de Conhecimento de Referência

- 12.2.1. As questões objetivas destinam-se a avaliar as competências contidas na ementa e conteúdo programático, especificadas no Anexo VI, deste Edital.
- 12.3. Das questões da prova
- 12.3.1. A prova de caráter sigiloso será composta por 30 (trinta) questões objetivas, sendo:
- a) 10 de conhecimentos gerais;
 - b) 10 de conhecimentos relacionados à metodologia da prática docente; e
 - c) 10 de conhecimentos específicos da área de conhecimento

12.3.2. As questões objetivas serão no formato de múltipla escolha, com cinco alternativas de resposta, de “a” a “e”, das quais somente uma deverá ser assinalada como correta.

13. DO CADERNO DE PROVA E DO CARTÃO RESPOSTA

13.1. Para a realização da prova, o candidato receberá um Caderno de Prova e um Cartão Resposta Personalizado.

13.2. É da responsabilidade do candidato:

- a) manipular o Cartão Resposta, quando autorizado pelo fiscal;
- b) a leitura e a conferência de seus dados registrados no Cartão Resposta, na lista de presença e nos demais documentos deste Processo Seletivo;
- c) escrever seu nome por extenso no Caderno de Prova e assinar a lista de presença e o Cartão Resposta nos espaços designados; e
- d) o correto preenchimento do Cartão Resposta de acordo com as instruções nele contidas, não podendo ser substituído em caso de marcação errada ou rasura.

13.3. O fiscal não substituirá o Cartão Resposta e/ou o Caderno de Prova por procedimento indevido do candidato.

13.4. Para realizar a prova e preencher o Cartão Resposta o candidato deverá usar apenas caneta esferográfica, conforme especificações contidas no subitem 14.5.1 deste Edital. Também não será permitido o uso de lapiseira, lápis e borracha.

13.5. Com base no artigo 207, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil, a SED/SC e a ACAFE reservam-se o direito de manter todo material de prova por um período de 90 (noventa) dias a contar da divulgação do resultado do Processo Seletivo. Após este período o material será destruído.

14. DAS NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA

14.1. Do acesso ao local de realização da prova

14.1.1. A aplicação da prova será realizada observando-se os protocolos internos de biossegurança vigentes na época, sendo divulgado, se necessário, edital específico formulado em consonância com as recomendações da Secretaria Estadual de Saúde.

14.1.2. O candidato que não seguir às determinações estabelecidas quanto aos protocolos de biossegurança será eliminado do Processo Seletivo.

14.2. Dos documentos oficiais

14.2.1. Para fins de acesso à sala de realização da prova somente será aceito como documento de identidade oficial, com foto o original ou fotocópia autenticada:

- a) da carteira ou cédula de identidade expedidas:
 - a. pelas Secretarias de Segurança,
 - b. pelas Forças Armadas,
 - c. pela Polícia Militar ou
 - d. pelo Ministério da Justiça;
- b) certificado de reservista (com fotografia);

- c) carteira nacional de habilitação, também na versão digital;
- d) cédula de identidade fornecida por Órgãos ou Conselhos de Classe que, por lei federal, valem como documento de identidade (OAB, CORECON, CRA, CREA etc.);
- e) Passaporte e
- f) carteira de trabalho.

14.2.2. Os documentos devem estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

14.2.3. O candidato que estiver portando documento em mau estado de conservação (manchas, rasuras, rasgos etc.), plastificados expedidos antes de 1987, ou ainda com fotos e assinaturas antigas, ou de não alfabetizados serão submetidos à identificação especial pela Coordenação Local.

14.2.4. Como medida de segurança, não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins: boletim de ocorrência policial; protocolo de segunda via; certidão de nascimento; título eleitoral; carteira nacional de habilitação (emitida antes da Lei nº 9.503/97); carteira de estudante; crachás e identidade funcional de natureza pública ou privada.

14.3. Do fechamento dos acessos às salas de prova

14.3.1. O acesso onde será realizada a prova será fechado, impreterivelmente:

14.3.1.1. para a prova do período matutino, às 08h;

14.3.1.2. para a prova do período vespertino, às 14h.

mediante preenchimento do “termo de fechamento de portão”, lavrado na presença de duas testemunhas.

14.3.1.3. A confirmação da data, do local e do horário de realização serão divulgados, oportunamente, através do Cartão de Confirmação da Prova Objetiva. Dele, constará o horário de abertura e de fechamento dos portões, não sendo permitido o ingresso de qualquer candidato ao local de prova após o fechamento dos portões.

14.3.2. O candidato que chegar ao local de prova, após o fechamento do acesso onde será realizada a sua prova, terá vedada a entrada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

14.3.3. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso.

14.3.4. Recomenda-se ao candidato chegar ao local da prova com antecedência mínima de 30min (trinta minutos) do horário estabelecido.

14.4. Do horário da prova

14.4.1. A prova terá início:

14.4.1.1. para a prova do período matutino, às 08h20min e término às 12h20min;

- 14.4.1.2. para a prova do período vespertino, às 14h20min e término às 18h20min.
- 14.4.2. O tempo de prova de que trata os subitens, acima, inclui o preenchimento do Cartão Resposta.
- 14.4.3. O tempo de 20 minutos entre o fechamento dos acessos às salas de prova e o início da prova tem por finalidade identificar corretamente os candidatos e distribuir os Cadernos de Prova e será assim dividido:
- a) os 10 minutos iniciais para finalizar a identificação;
 - b) os 10 minutos finais para distribuir os Cadernos de Provas, nesse intervalo, o candidato deverá manter-se em silêncio, conferir os dados impresso no material de prova (Caderno de Prova e Cartão Resposta Personalizados) e não será autorizada a resolução de questões ou leitura das páginas contendo questões do Caderno de Provas.
- 14.4.4. A Comissão Técnica da ACAFE se reserva o direito de atrasar o horário de início da prova, por motivos fortuitos ou de força maior. Nesta hipótese não haverá prejuízo aos candidatos, na medida em que será observada a duração total prevista para a prova.
- 14.4.5. O candidato que iniciar resolução das questões da prova antes do horário permitido para o início da prova, ou do aviso sonoro ou da autorização do fiscal de sala, será eliminado do Processo Seletivo;
- 14.4.6. Durante a realização das provas, não serão prestados quaisquer esclarecimentos sobre as questões. O candidato poderá, se for o caso, interpor recurso conforme previsto no subitem 16.2 deste Edital.

14.5. Do material permitido

- 14.5.1. Para realização da prova e preenchimento do Cartão Resposta, somente será permitido ao candidato o uso de caneta esferográfica, tubo transparente e com tinta indelével de cor preta (preferencialmente) ou azul, exceto nos casos previstos no subitem 8.1.2 deste Edital.
- 14.5.2. Os objetos pessoais que o candidato estiver portando, juntamente com o restante dos materiais de uso e de porte vedados pelo Edital, deverão ser desligados, no caso de equipamentos eletrônicos, e alocados em saco plástico que será disponibilizado e acomodados em local a ser indicado pelo fiscal.
- 14.5.3. Os objetos pessoais de que trata o subitem anterior deverão permanecer no local indicado durante todo o período de realização da prova, até a saída definitiva do candidato.
- 14.5.4. Não haverá funcionamento de guarda-volumes nos locais de realização das provas, excetuando-se o caso de porte de arma de fogo, ou de objetos que potencialmente se mostrem aptos a causar ferimentos, destinado, exclusivamente, ao candidato legalmente autorizado para o respectivo porte.

- 14.5.5. O uso de recipiente com álcool em gel, líquidos e comestíveis, pelo candidato, deverá seguir as orientações do fiscal, sob pena de não autorização do uso, sendo desde já vedado embalagem que não seja fabricado com material transparente.
- 14.5.6. Recipiente/potes e/ou garrafa transparentes, somente poderão ser utilizados se estiverem sem rótulo.
- 14.5.7. O candidato que, durante a realização da prova, for surpreendido portando ou fazendo uso dos materiais, abaixo listados, será eliminado do Processo Seletivo.
- 14.5.7.1. caneta diferente da especificada no subitem 14.5.1, lapiseira, lápis ou borracha, assim como, é vedado emprestar de outrem qualquer material para realização da prova.
- 14.5.7.2. qualquer tipo de equipamento eletrônico ou de comunicação, mesmo que desligado;
- 14.5.7.3. qualquer tipo de arma de fogo ou branca. O candidato que estiver armado deverá se encaminhar à Coordenação antes do início da prova para providências necessárias;
- 14.5.7.4. fazer comunicação com outro candidato;
- 14.5.7.5. óculos escuros, protetor auricular, relógio, controle remoto de qualquer natureza, chave eletrônica etc., exceto nos casos referente a condição especial, desde que deferido o uso pela Comissão Técnica do Processo Seletivo ACAFE;
- 14.5.7.6. acessórios de chapelaria, ressalvado o disposto nos subitens 8.3.1 e 8.1.4 deste Edital.
- 14.5.7.7. realizar qualquer tipo de consulta em material didático pedagógico;
- 14.5.8. Para a devida verificação dos materiais vedados pelo Edital serão utilizados detectores de metais, objetivando garantir a segurança, a lisura e a isonomia na realização da prova, sem prejuízo de outras formas de fiscalização.

14.6. Da saída da sala

- 14.6.1. O candidato não poderá entregar seu material de prova antes de transcorridas três horas do seu início.
- 14.6.1.1. Caso o candidato não queira permanecer o tempo mínimo previsto poderá requerer por escrito, na Coordenação Local, sua eliminação do Processo Seletivo.
- 14.6.2. O candidato não poderá ausentar-se da sala de prova, a qualquer tempo, portando o Caderno de Prova e/ou Cartão Resposta.
- 14.6.3. O candidato que necessitar ausentar-se da sala de prova, a qualquer tempo, durante sua realização somente poderá fazê-lo acompanhado de um fiscal.
- 14.6.4. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento do candidato da sala de prova.
- 14.6.5. Ao terminar a prova, o candidato deverá obrigatoriamente entregar ao fiscal da sala o Caderno de Prova e o Cartão Resposta.

- 14.6.6. Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que não devolver integralmente todo o material de prova (Caderno de Prova e Cartão Resposta), ou ainda, recusar-se a entregar o material de prova após o horário previsto para o término da prova.
- 14.6.7. Os três últimos candidatos de cada sala de prova somente poderão retirar-se da sala simultaneamente, ou com autorização da Coordenação Local em casos fortuitos ou de força maior.

15. DA SEGURANÇA

- 15.1. O acesso ao local de prova de pessoas estranhas só será permitido mediante a autorização da Coordenação Local, ressalvado o disposto no subitem 8.2.3 deste Edital.
- 15.2. A imprensa, devidamente autorizada pela Coordenação Local, desenvolverá seu trabalho sem adentrar as salas de prova.
- 15.3. O candidato ou qualquer outra pessoa, não poderá acessar ou permanecer no local de aplicação de prova, assim entendido como as dependências físicas onde será realizado a prova, sem documento de identificação válido.
- 15.4. É expressamente proibido ao candidato fazer qualquer anotação de informações relativas às suas respostas e as questões da prova, com a intenção de levar para fora do ambiente de prova.
- 15.5. Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo o candidato que for surpreendido em qualquer momento durante a aplicação da prova ou após sua saída da sala, com cópia de seu gabarito de respostas ou com algum material de prova, como: Caderno de Prova e/ou Cartão Resposta, ou parte dele.
- 15.6. A ACADE, através de suas Coordenações Locais, em todas as cidades de realização da prova, objetivando garantir a lisura e a idoneidade do Processo Seletivo, durante a realização da prova farão o procedimento de identificação civil dos candidatos mediante verificação do Documento de Identidade Oficial. Caso necessário será realizada coleta de assinatura e da digital, através da identificação datiloscópica no Cartão Resposta, ou em formulário específico.
- 15.7. Também, caso necessário, a Coordenação Local poderá fazer uso de detectores de metal nas salas de prova e/ou nos corredores.
- 15.8. Será realizado uso de detectores de metal na entrada de acesso dos candidatos aos banheiros.
- 15.9. O candidato que se negar à identificação ou a se submeter ao detector de metal terá a sua prova anulada, e, com isso, será eliminado do Processo Seletivo.
- 15.10. É de inteira responsabilidade do candidato qualquer transtorno por ele ocasionado.
- 15.11. Caso seja constatado, a qualquer tempo, por qualquer meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou de investigação policial, que o candidato utilizou procedimentos ilícitos

durante a realização da prova, a Comissão Técnica da ACAFE anulará a prova do candidato infrator, eliminando-o.

16. DAS QUESTÕES DE PROVA E DOS GABARITOS

16.1. Da divulgação

- 16.1.1. As questões da prova e os gabaritos preliminares serão divulgados a partir das 10h do dia 02 de outubro de 2023, pela internet, no site acafe.org.br/act.
- 16.1.2. Não serão disponibilizados os Cadernos de Prova utilizados pelos candidatos.
- 16.1.3. Os gabaritos oficiais serão divulgados a partir das 16h do dia 17 de outubro de 2023 pela internet, no site acafe.org.br/act.
- 16.1.4. Caberá à Comissão Técnica da ACAFE, mediante recomendação da banca elaboradora, anular questões da prova, quando for o caso.
- 16.1.5. Na hipótese de anulação de questão, esta será considerada como respondida corretamente por todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

16.2. Do recurso

- 16.2.1. O candidato que tiver qualquer discordância em relação às questões da prova ou ao gabarito preliminar divulgado, poderá interpor recurso até às 23h59min do dia 03 de outubro de 2023.
- 16.2.2. Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema eletrônico de interposição de recurso, por meio de consulta individual pela internet, no site acafe.org.br/act, seguindo as orientações da página. Não haverá hipótese de solicitação do pedido de revisão de outra forma e/ou por outro meio, ou ainda, fora do prazo estabelecido independentemente do motivo alegado.
- 16.2.3. Somente serão apreciados os recursos fundamentados e devidamente argumentados com justificativas que comprovem ocorrência de erros conceituais ou de formulação que possam conduzir o candidato ao erro.
- 16.2.4. Não serão analisados e respondidos os recursos que forem enviados por e-mail, Correios ou outro meio, ou ainda, que derem entrada fora do prazo estabelecido independentemente do motivo alegado.
- 16.2.5. Os recursos que não forem fundamentados ou inconsistentes serão rejeitados.
- 16.2.6. Todos os recursos que cumprirem as determinações acima descritas serão analisados e a Comissão Técnica da ACAFE disponibilizará, quando da divulgação dos gabaritos oficiais, parecer fundamentado.
- 16.2.7. A resposta ao recurso e o gabarito oficial será divulgada no site acafe.org.br/act, a partir das 16h do dia 17 de outubro de 2023. Não será encaminhada resposta individual ao candidato.

- 16.2.7.1. Em nenhuma hipótese será aceito pedido de revisão de recurso ou recurso quanto ao gabarito oficial.
- 16.2.8. A decisão sobre o recurso interposto caberá à Comissão Técnica da ACAFE o que poderá resultar em retificação do gabarito preliminar.
- 16.3. É irrecorrível a decisão da Comissão Técnica da ACAFE, sobre esses recursos.

17. DA CORREÇÃO DO CARTÃO RESPOSTA

- 17.1. No Cartão Resposta não será computada a questão que não corresponder ao gabarito oficial divulgado, a questão em branco, a questão com mais de uma alternativa assinalada, a questão rasurada ou preenchida fora das especificações do Cartão Resposta.
- 17.2. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelo escâner, prejudicando o desempenho do candidato de maneira irreversível e sob sua inteira responsabilidade.

18. DA CLASSIFICAÇÃO NA PROVA OBJETIVA

- 18.1. A Prova Objetiva é de caráter eliminatório e classificatório e será constituída conforme a seguir.

Disciplina	Número de questões	Pontuação por questão	Peso da disciplina	Pontuação máxima
Conhecimentos gerais	10	1	2	20
Conhecimentos relacionados à metodologia da prática docente	10		3	30
Conhecimentos específicos	10		5	50
Total	30			100

- 18.2. A Pontuação da Prova Objetiva, do candidato, será a soma dos acertos, por disciplina, multiplicado pelo seu respectivo peso, conforme os critérios estabelecidos na tabela acima e demonstrado na fórmula, abaixo:

$$PPO = ACG * 2 + ACM * 3 + ACE * 5$$

Onde:

PPO = Pontuação da Prova Objetiva

ACG = Acertos obtidos na disciplina Conhecimento Gerais

ACM = Acertos obtidos na disciplina Conhecimentos relacionados à Metodologia da Prática Docente

ACE = Acertos obtidos na disciplina Conhecimentos Específicos

- 18.3. Será desclassificado, na Prova Objetiva, o candidato que:

- 18.3.1. zerar em uma das disciplinas.
- 18.3.2. não obter Pontuação da Prova Objetiva - PPO, igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do total da pontuação máxima.
- 18.4. O candidato considerado desclassificado na Prova Objetiva, estará automaticamente eliminado do Processo Seletivo.
- 18.5. O Resultado Preliminar do Prova Objetiva, em ordem decrescente da Pontuação da Prova Objetiva – PPO e considerando os critérios de desempate, será divulgada a partir das 16h do dia 27 de novembro de 2023 pela internet, no site acafe.org.br/act.
- 18.6. A imagem digitalizada do Cartão Respostas e o Boletim de Desempenho Preliminar contendo o número de acertos e a nota atribuída em cada disciplina, estarão disponíveis por meio de consulta individual, na área do candidato.

18.7. Do recurso

- 18.7.1. O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao Resultado Preliminar do Prova Objetiva divulgado, poderá interpor recurso até às 23h59min do dia 17 de outubro de 2023.
- 18.7.2. Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema eletrônico de interposição de recurso, por meio de consulta individual pela internet, no site acafe.org.br/act, seguindo as orientações da página. Não haverá hipótese de interposição de outra forma e/ou por outro meio, ou ainda, fora do prazo estabelecido independentemente do motivo alegado.
- 18.7.3. A resposta ao recurso será individualizada e será disponibilizada, para acesso exclusivo pelo impetrante, por meio de consulta individual pela internet, no site acafe.org.br/act, a partir das 16h do dia 23 de outubro de 2023.
- 18.7.4. É irrecorrível a decisão da Comissão Técnica da ACAFE, sobre esses recursos.
- 18.7.5. O Resultado da Prova Objetiva, em ordem decrescente da Pontuação da Prova Objetiva - PPO e consideração os critérios de desempate, será divulgada a partir das 16h do dia 23 de outubro de 2023 pela internet, no site acafe.org.br/act.

19. DA PROVA DE TÍTULOS ACADÊMICOS

- 19.1. O candidato classificado na Prova Objetiva poderá participar da Prova de Títulos acadêmicos de caráter classificatório enviando um único Título Acadêmico de maior grau, que atenda as exigências de comprovação contidas neste Edital, no período compreendido a partir das 18h do dia 23 de outubro de 2023 às 23h59min do dia 27 de outubro de 2023.
- 19.2. A lista de classificação dos candidatos, com a respectiva convocação, será divulgada a partir 16h do dia 23 de outubro de 2023 no site acafe.org.br/act.
- 19.3. O envio do Título Acadêmico de maior grau, será exclusivamente pela internet, via *upload*, no site acafe.org.br/act, acessando a área do candidato e seguindo as orientações da página.

- 19.3.1. Caso o candidato ainda não detenha posse de seu diploma de conclusão de curso, poderá apresentar certidão ou declaração da conclusão do curso.
- 19.3.1.1. As certidões ou declarações de conclusão dos cursos referem-se a cursos comprovadamente concluídos.
- 19.3.1.2. Somente serão aceitas certidões ou declarações de cursos expedidas por instituição de ensino legalmente reconhecida.
- 19.4. Os documentos comprobatórios de cursos realizados no exterior somente serão considerados quando traduzidos para a língua portuguesa por tradutor juramentado e devidamente revalidados por Universidades credenciadas pelo Ministério da Educação – MEC, conforme determina a legislação vigente.
- 19.5. O candidato que possuir Título Acadêmico com nome diverso daquele que consta no documento de identificação utilizado para a inscrição deverá enviar também uma cópia simples e legível do documento comprobatório da alteração (certidão de casamento, separação, averbação no registro civil etc.).
- 19.6. O envio do Título Acadêmicos e, se for o caso, do documento comprobatório da alteração do nome, via *upload*, é de inteira responsabilidade do candidato.
- 19.7. O Título Acadêmico, que não preencher às exigências de comprovação contidas neste Edital, não serão considerados.
- 19.8. O Título Acadêmico deve ser digitalizado e salvo, com a extensão PDF com o tamanho máximo de 2 MB (*megabyte*) por imagem.
- 19.9. Caso o candidato não consiga anexar e enviar as imagens em uma única vez, poderá fracionar os arquivos e enviar as imagens por partes.
- 19.10. Para os documentos que tenham informações frente e verso, o candidato deverá anexar as duas imagens para análise.
- 19.11. A(s) imagem(ns) do(s) documento(s) deverá(ão) estar(em) em perfeita(s) condição(ões) e clareza(s), de forma a permitir a avaliação e a verificação da autenticidade e da integridade.
- 19.12. A Análise de Título Acadêmico tem caráter classificatório, sendo que o candidato que deixar de encaminhar o Título Acadêmico, não será eliminado do Processo Seletivo, somente não terá somados os pontos correspondentes a esta etapa.
- 19.13. Cumpre salientar que, quando da contratação, o candidato deverá apresentar o Título Acadêmico original, para fins de confirmação da veracidade, sob pena de eliminação do Processo Seletivo e impossibilidade da contratação.
- 19.14. Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção do Título Acadêmico apresentado, a respectiva pontuação obtida nesta etapa será anulada e o candidato será eliminado do Processo Seletivo.

- 19.15. Não será aceito Título Acadêmico encaminhado por qualquer outro meio a não ser o descrito neste edital
- 19.16. Concluído o prazo estabelecido para entrega do Títulos Acadêmico, não será aceito acréscimo de outro documento.
- 19.17. O Título Acadêmico, será avaliado uma única vez, conforme as exigências e pontuação constante da tabela abaixo:

Títulos	Comprovante / Descrição	Pontuação
Doutorado	Diploma de conclusão de curso de Doutorado, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação e com relação direta com a área de atuação pleiteada.	15
Mestrado	Diploma de conclusão de curso de Mestrado, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação e com relação direta com a área de atuação pleiteada.	10
Especialização	Certificado de conclusão de curso de pós-graduação em nível de especialização lato sensu, com carga horária mínima de 360 horas, reconhecido pelo Ministério da Educação e com relação direta com a área de atuação pleiteada.	5

- 19.17.1. Os títulos devem guardar relação direta com a Área de Conhecimento. Nos casos em que a nomenclatura do curso possa não ser suficiente para a Banca aferir a relação com a área de atuação pleiteada, o candidato deverá anexar junto ao Título Acadêmico o conteúdo programático e/ou a ementa de modo a permitir à Banca realizar a análise, com vistas à eventual aferição
- 19.17.2. Não será pontuado o Títulos Acadêmico:
- que não estiver nítido e/ou legível ou de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital;
 - que contenham erro de digitalização que dificulte a sua avaliação;
 - sem relação direta com a área de atuação pleiteada;
 - que apresente o nome do candidato incompleto, abreviado, com erros de digitação ou, ainda, diferente da inscrição e/ou dos documentos apresentados para comprovação;
 - de modalidade que não esteja descrita na tabela de pontuação;
 - de curso não concluído;
 - apresentado em forma de: boletim de matrícula, atestado de frequência, atestado/ata de apresentação e/ou defesa de trabalho de conclusão, monografia, dissertação ou tese, assim como outro documento que não atenda às exigências expressas na tabela de pontuação;
 - sem a tradução para a língua portuguesa e/ou a revalidação;
 - que apresente rasura, emenda ou entrelinhas; e que apresentar dados imprecisos, incoerentes ou incompletos que comprometam ou impossibilitem a Banca de aferir a pontuação correta segundo os critérios previstos neste Edital;
 - que não esteja com o nome e assinatura do declarante, com o período de conclusão do curso, em papel timbrado de instituição autorizada pelo MEC, com portaria e ato autorizativo; e
 - de candidato que tenham sido eliminados na Prova Objetiva.

- 19.18. Para efeito de classificação do candidato, nesta etapa, somar-se-á a Pontuação da Prova Objetiva – PPO a Pontuação da Prova de Títulos – PPT, formando a Pontuação na Etapa 2 – PE2.
- 19.19. O Resultado Preliminar do Prova de Título Acadêmico, em ordem decrescente da Pontuação na Etapa 2 – PE2 e considerando os critérios de desempate, será divulgada a partir das 16h do dia 14 de novembro de 2023 pela internet, no site acafe.org.br/act.
- 19.20. O Boletim de Desempenho Preliminar contendo as informações da Prova Objetiva e a pontuação da prova de Título Acadêmico, estará disponível por meio de consulta individual, na área do candidato.

19.21. Do recurso

- 19.21.1. O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao Resultado Preliminar do Prova de Título Acadêmico divulgado, poderá interpor recurso até às 23h59min do dia 16 de novembro de 2023.
- 19.21.2. Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema eletrônico de interposição de recurso, por meio de consulta individual pela internet, no site acafe.org.br/act, seguindo as orientações da página. Não haverá hipótese de interposição de outra forma e/ou por outro meio, ou ainda, fora do prazo estabelecido independentemente do motivo alegado.
- 19.21.3. Por ocasião do recurso, pode ser encaminhado somente documento que sirva para esclarecer dados do(s) documento(s) apresentado(s).
- 19.21.4. A resposta ao recurso será individualizada e será disponibilizada, para acesso exclusivo pelo impetrante, por meio de consulta individual pela internet, no site acafe.org.br/act, a partir das 16h do dia 21 de novembro de 2023.
- 19.21.5. É irrecorrível a decisão da Comissão Técnica da ACAFE, sobre esses recursos.
- 19.21.6. O Resultado da Prova de Título Acadêmico, em ordem decrescente da Pontuação na Etapa 2 – PE2 e considerando os critérios de desempate, será divulgada a partir das 16h do dia 21 de novembro de 2023 pela internet, no site acafe.org.br/act.

20. DA PROVA PRÁTICA DE LIBRAS

- 20.1. O candidato classificado na Prova Objetiva e inscrito na Área de Conhecimento de Referência que exija habilitação ou domínio de LIBRAS, abaixo listadas, estará habilitado a participar da Etapa 3 - Prova Prática de Libras de caráter eliminatório e classificatório.
- 20.1.1. Professor de Libras/AEE – Instrutor – Itinerante
- 20.1.2. Professor Bilíngue – Libras
- 20.1.3. Intérprete de Libras
- 20.2. A lista de classificação dos candidatos, com a respectiva convocação, será divulgada a partir 16h do dia 23 de outubro de 2023 no site acafe.org.br/act.

- 20.3. Ocasão que será divulgado, no site da SED e da ACAFE o Edital da Etapa 3 - Prova Prática de Libras contendo informações pertinentes.
- 20.3.1. Na área do candidato será divulgado o horário e o local de apresentação para a realização da 3ª Etapa - Prova Prática de Libras, estando descartada a possibilidade de segunda chamada.
- 20.4. Do local da realização da prova prática de libras
- 20.4.1. A Prova da Etapa 3 – Prova Prática de Libras ocorrerá no dia 29 de outubro de 2023, na Instituições de Ensino Superior – IES, filiada ao Sistema ACAFE, a ser confirmada em edital próprio.
- 20.4.2. É responsabilidade exclusiva do candidato ou de seu representante legal confirmar o local de realização da Prova Prática de Libras a partir das 16h do dia 25 de outubro de 2023 no site acafe.org.br/act.
- 20.5. Da prova**
- 20.5.1. O candidato que não comparecer à prova prática de libras será desclassificado do processo seletivo.
- 20.5.2. A Prova Prática de Libras será registrada em vídeo, integralmente.
- 20.5.2.1. No ato da assinatura da ata e lista de presença, antes do início da Prova Prática de Libras, seja por parte do fiscal, do intérprete de libras, do candidato ou de qualquer pessoa devidamente identificada, que se faça necessário estar presente na sala de prova, autorizarão o uso da sua imagem, foto e voz em todo e qualquer equipamento utilizado para capturar o evento.
- 20.5.2.2. Não havendo consentimento por parte do candidato em autorizar o uso da sua imagem, foto ou voz para que a Banca examinadora possa realizar a avaliação da prova, o candidato será eliminado do certame e não realizará a prova.
- 21. DA CLASSIFICAÇÃO NA ÁREA DE CONHECIMENTO DE REFERÊNCIA**
- 21.1. Para efeito de classificação do candidato, no Processo Seletivo, somar-se-á a Pontuação na Etapa 2 – PE2 a Nota da Prova de Libras – NPL, quando for o caso, formando a Pontuação Final – PF.
- 21.2. A classificação final será publicada apresentando apenas o candidato classificado, em ordem decrescente da Pontuação Final – PF, por Coordenadoria Regional de Educação e por Área de Conhecimento de Referência.
- 21.3. A classificação final de que trata o item anterior será composta de duas listas, sendo a primeira composta de todos os candidatos e a segunda, somente contendo os candidatos PcDs.

21.4. Dos critérios de desempate

- 21.5. Na hipótese de igualdade na Pontuação Final – PF, o desempate para efeitos da classificação se dará nos termos abaixo definidos:
- 21.5.1. idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos até a data do resultado, em conformidade com a Lei 10.741/03, art.27, parágrafo único – Estatuto do Idoso.
- 21.5.2. candidatos que estiverem no efetivo exercício da função de Jurado, nos termos do Código de Processo Penal, art.440.
- 21.5.3. maior nota em Conhecimentos Específicos;
- 21.5.4. maior nota em Conhecimentos da Metodologia da Prática Docente;
- 21.5.5. maior nota em Conhecimentos Gerais.
- 21.5.6. maior nota na Prova de Libras
- 21.5.7. maior idade (exceto os enquadrados na alínea “a” deste subitem) considerando dia, mês, ano e, se necessário, hora e minuto do nascimento.
- 21.5.8. Sorteio pela Loteria Federal, sendo que os candidatos empatados serão ordenados de acordo com seu número de inscrição, de forma crescente (se a soma dos algarismos do número sorteado no primeiro prêmio for par) ou decrescente (se a soma dos algarismos no primeiro prêmio da Loteria Federal for ímpar), conforme o resultado do primeiro prêmio da extração da Loteria Federal imediatamente anterior ao dia da efetiva realização da Prova Objetiva.

22. DO RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO

- 22.1. O Resultado Preliminar do Processo Seletivo, em ordem decrescente da Pontuação Final – PF e considerando os critérios de desempate, será divulgada a partir das 16h do dia 27 de novembro de 2023 pela internet, no site acafe.org.br/act.
- 22.2. O Boletim de Desempenho Preliminar contendo as informações da classificação no Processo Seletivo, estará disponível por meio de consulta individual, na área do candidato.

22.3. Do recurso

- 22.3.1. O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao Resultado Preliminar do Processo Seletivo divulgado, poderá interpor recurso até às 23h59min do dia 28 de novembro de 2023.
- 22.3.2. Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema eletrônico de interposição de recurso, por meio de consulta individual pela internet, no site acafe.org.br/act, seguindo as orientações da página. Não haverá hipótese de interposição de outra forma e/ou por outro meio, ou ainda, fora do prazo estabelecido independentemente do motivo alegado.

- 22.3.3. A resposta ao recurso será individualizada e será disponibilizada, para acesso exclusivo pelo impetrante, por meio de consulta individual pela internet, no site acafe.org.br/act, a partir das 16h do dia 01 de dezembro de 2023.
- 22.3.4. É irrecorrível a decisão da Comissão Técnica da ACAFE, sobre esses recursos.
- 22.3.5. O Resultado do Processo Seletivo, em ordem decrescente da Pontuação Final – PF e considerando os critérios de desempate, será divulgada a partir das 16h do dia 01 de dezembro de 2023 pela internet, no site acafe.org.br/act.

23. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

- 23.1. Homologado o resultado do Processo Seletivo, será publicada nas Coordenadorias Regionais de Educação e no site www.sed.sc.gov.br/secretaria, a lista de vagas oferecidas aos classificados, assim como cronograma e melhores informações sobre o chamamento para a escolha das vagas, que poderá ser feito em mais de uma etapa, a critério da SED/SC.
- 23.2. O chamamento para escolha das vagas obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação dos candidatos aprovados, respeitado o percentual de reserva de vagas. Serão chamados para escolha das vagas, conforme cada disciplina e Coordenadoria Regional de Educação, os candidatos Habilitados e, somente quando não restarem mais candidatos Habilitados interessados nas vagas, serão disponibilizadas as vagas remanescentes para chamada pública (quando houver a publicação de edital específico).
- 23.3. Após cada chamada (se houver), a classificação final será reprocessada e o chamamento seguirá a ordem classificatória, reprocessada, iniciando o chamamento com aqueles candidatos que já foram chamados e não escolheram vagas.
- 23.4. Os candidatos que não atenderem à convocação (dia e horário) para a escolha de vaga, assim como aqueles que não aceitarem nenhuma das vagas oferecidas, não serão eliminados, permanecendo na mesma ordem classificatória, devendo aguardar uma nova chamada.
- 23.5. Nos termos do item 4.1 deste Edital, ficam advertidos os candidatos de que a ausência de quaisquer comprovantes dos requisitos para ingresso no serviço público impossibilitará a admissão, descabendo direito de remanejo para a outra lista, e, conseqüentemente, perda do direito à vaga.
- 23.6. O candidato que escolher vaga e desistir da mesma, for selecionado para uma vaga e não comparecer e/ou prestar informações incorretas no sistema de chamada, será excluído da listagem de classificação para escolha de vaga, ficando impedido de escolher outra vaga pelo período de 2 (dois) meses. Todavia, se em razão de esgotada a listagem de professores classificados por disciplina, no Processo Seletivo, o candidato desistente poderá justificar sua desistência, junto à Coordenadoria Regional de Educação para fins de novo chamamento. A análise e aceitação ficará a critério da Coordenadoria Regional de Educação, conforme o excepcional interesse público.
- 23.7. O candidato que já escolheu vaga poderá ampliar sua carga horária dentro do limite previsto na Lei 16861/15, com aulas da disciplina da vaga escolhida (vaga original), na mesma Unidade Escolar, sem necessidade de passar por nova chamada.

- 23.8. O Professor admitido em caráter temporário deverá assumir as suas funções no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do envio do e-mail com a confirmação de ocupação da vaga. Passado o prazo, fica a Coordenadoria Regional de Educação autorizada a dar continuidade à chamada dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação. Caso o candidato não se apresente no prazo determinado, será excluído do processo no ano vigente.
- 23.9. O candidato poderá escolher até 60 (sessenta) horas semanais (48 horas/aula). O candidato que já escolheu vaga no certame, com disponibilidade para aumentar a sua jornada de trabalho, poderá ampliá-la dentro do limite previsto na Lei 16861/15, com aulas da disciplina da vaga escolhida (vaga original), concorrendo como ampliação de carga horária.
- 23.10. O candidato deverá obedecer às regras de acúmulo de cargo previstas na legislação atinente à matéria.
- 23.11. O critério a ser utilizado para ampliação da carga horária, caso haja mais de 1 (um) candidato pleiteando as aulas, é exclusivamente a classificação de candidatos deste certame na disciplina das aulas.
- 23.12. O candidato que escolher vaga, e no decorrer do ano letivo, necessitar de redução de carga horária, deverá encaminhar a solicitação à Coordenadoria Regional de Educação e aguardar a manifestação dela, que poderá atender ou não a redução solicitada.
- 23.13. Não havendo o número mínimo de 02 (duas) aulas na(s) disciplina(s) de inscrição do candidato, não será disponibilizada vaga para admissão.
- 23.14. A contratação será vigente durante o período letivo de 2024 ou 2025. Em havendo a rescisão contratual, poderão ser chamados para contratação pelo tempo remanescente, os demais candidatos classificados, observada a ordem classificatória.
- 23.15. A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não gera para a SED/SC a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos classificados, vez que o chamamento dependerá das vagas remanescentes da distribuição de aulas aos professores efetivos e/ou decorrentes dos afastamentos legais.
- 23.16. Ficam advertidos ainda os candidatos de que, além dos documentos previstos no item 4.1 deste Edital, devem apresentar, ainda, para fins de confirmação da veracidade, as vias originais dos documentos exigidos no item 4.1 deste Edital.
- 23.17. Após a Homologação Final do certame, o candidato obriga-se a manter atualizados os seus dados cadastrais junto ao sistema ocupação de vagas sed.sc.gov.br.
- 23.18. É responsabilidade única e exclusiva do candidato manter seus dados como endereço residencial e eletrônico, telefone etc. atualizados, assim como acompanhar os chamamentos que serão publicados nas Coordenadorias Regionais de Educação e no site www.sed.sc.gov.br/secretaria, até que se expire o prazo de validade do certame, sob o risco de perder o chamamento e a admissão.

- 23.19. A SED/SC e a ACAFE não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de endereços residencial e/ou eletrônico e/ou telefones etc., informados erroneamente e/ou não atualizados.
- 23.20. Para assumir uma vaga nos espaços de privação de liberdade (unidade prisional e unidade socioeducativa), o candidato deverá preencher um questionário de investigação social, de autoria da Secretaria de Administração Prisional e Socioeducativa/SAP, o qual inclui informações sobre sua conduta pessoal, histórico criminal e referências pessoais. O preenchimento do documento será considerado como parte do processo de seleção e sua análise será de responsabilidade da SAP.
- 23.20.1. Durante o ano letivo, a permanência do professor na vaga nos espaços de privação de liberdade dependerá de avaliação da equipe pedagógica ou equipe técnica da unidade prisional ou socioeducativa e/ou Secretaria de Administração Prisional e Socioeducativa/SAP, por meio de relatório descritivo.
- 23.20.2. É dever do candidato que escolher uma vaga nas unidades prisionais e socioeducativas cumprir as diretrizes e regras estabelecidas pela Secretaria de Administração Prisional e Socioeducativa/SAP

24. DA ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO

- 24.1. Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que:
- 24.1.1. prestar, em qualquer documento e/ou no sistema de inscrição, declaração falsa ou inexata;
- 24.1.2. não efetuar o pagamento da taxa de inscrição;
- 24.1.3. Não seguir as determinações do protocolo de biossegurança;
- 24.1.4. apresentar-se após o horário estabelecido para o fechamento do acesso ao prédio de realização da prova, seja qual for o motivo alegado;
- 24.1.5. utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilícitos para a execução da prova ou para obter aprovação própria ou de terceiros;
- 24.1.6. for surpreendido portando qualquer tipo de equipamento de comunicação ou eletrônico (exceto em casos excepcionais referente a condição especial), mesmo que desligado;
- 24.1.7. for surpreendido em qualquer momento durante a aplicação da prova ou após sua saída da sala, com cópia de seu gabarito de respostas, ou com material de prova (caderno de prova e/ou cartão resposta personalizados) ou parte dele;
- 24.1.8. Não se submeter ao detector de metal;
- 24.1.9. Ser desclassificado em uma das provas do certame;
- 24.1.10. Cometer irregularidade ou ilegalidade na obtenção do título acadêmico apresentado na prova de título;

- 24.1.11. Não consentir ou autorizar o uso da imagem, foto ou voz na prova de libras;
- 24.1.12. perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
- 24.1.13. não apresentar um dos documentos de identidade oficial exigidos;
- 24.1.14. iniciar resolução das questões da prova antes do horário permitido para o início da prova, ou do aviso sonoro ou da autorização do fiscal de sala;
- 24.1.15. utilizar de material de prova (cartão resposta) de outro candidato;
- 24.1.16. for surpreendido fazendo uso de uso de caneta diferente da especificada no subitem 14.5.1 ou fazendo uso de lapiseira, lápis ou borracha;
- 24.1.17. ausentar-se da sala de realização da prova, sem o acompanhamento de um fiscal ou antes de decorrido o prazo mínimo para saída do candidato da sala sem autorização da Coordenação Local;
- 24.1.18. for surpreendido em comunicação com outro candidato ou utilizando-se de qualquer tipo de consulta ou estiver fazendo uso de óculos escuros, protetor auricular, fone de ouvido, material didático pedagógico ou quaisquer acessórios de chapelaria, ressalvado o disposto nos subitens 8.3.1 e 8.1.4 deste Edital;
- 24.1.19. estiver portando qualquer tipo de arma, mesmo que possua o respectivo porte;
- 24.1.20. negar-se a coleta de sua assinatura, impressão digital, a inspeção por detector de metal, ou ainda, negar-se a realizar a prova;
- 24.1.21. recusar-se a entregar o material de prova (caderno de prova e/ou cartão resposta) após o horário previsto para o término da prova;
- 24.1.22. faltar com o devido respeito com qualquer membro da equipe de aplicação da prova e/ou demais candidatos utilizando-se de linguagem imprópria, ofensiva ou obscena que caracterizem atitudes evidentes de desrespeito ou grosseria;
- 24.1.23. não comparecer a prova seja qual for o motivo alegado;
- 24.1.24. recusar-se injustificadamente, a qualquer momento, a:
 - 24.1.24.1. ter os artigos religiosos vistoriados pelo coordenador;
 - 24.1.24.2. ter seus objetos vistoriados eletronicamente; e
 - 24.1.24.3. ter o seu lanche vistoriado pelo aplicador;
- 24.1.25. não permitir que os materiais próprios autorizados pela Comissão Técnica para auxiliar na realização da prova sejam vistoriados pelo fiscal de sala, exceto o cão guia, o medidor de glicose, e a bomba de insulina;

- 24.1.26. não cumprir as determinações deste Edital, da Comissão Técnica, do coordenador do local de prova ou do fiscal de sala;
- 24.1.27. não apresentar os documentos exigidos por ocasião da posse (confirmar se é posse) ou apresentar documentos falsos;
- 24.1.28. Não obter nota final, igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do total da pontuação máxima ou zerar em uma das disciplinas.
- 24.1.29. for constatado, a qualquer tempo, por qualquer meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou de investigação policial, que o candidato utilizou procedimentos ilícitos durante a realização da prova, a Comissão Técnica do Processo Seletivo ACAFE anulará a prova do candidato infrator, eliminando-o do Processo Seletivo.
- 24.2. Além da eliminação do Processo Seletivo, o candidato, em se tratando dos termos dos subitens anteriores estará sujeito às demais penalidades legais, levando-se em conta a gravidade da ocorrência e os danos materiais e/ou pessoais que houver causado.
- 24.3. Será eliminado, em qualquer época, mesmo após a posse, o candidato que houver realizado o Processo Seletivo usando documento ou informações falsas ou outros meios ilícitos devidamente comprovados.

25. DA POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 25.1. Nossa política de privacidade e proteção de dados pessoais leva em consideração todos os princípios da Lei 13.709/18, em especial aquilo que é relevante para a sua inscrição e posse neste Processo Seletivo com destaque para a transparência e não discriminação, adequação, necessidade e finalidade, livre acesso e qualidade dos dados, segurança e prevenção, responsabilização e prestação de contas.
- 25.2. O tratamento de seus dados pessoais se dará preponderantemente para o cumprimento de contrato celebrado com a ACAFE e sempre que houver alguma outra base legal que implique em novos potenciais usos, você será amplamente informado.
- 25.3. Assim, os seus dados serão coletados mediante fornecimento direto no ato da inscrição (cadastro, fornecimento ou requerimentos diversos perante o a ACAFE) e coletados indiretamente através do preenchimento do requerimento de inscrição ou cadastro, emissão de boleto bancário, apresentação de documentos para comprovação de sua identidade, acesso aos sistemas e portal da ACAFE e divulgação de lista de classificados.
- 25.4. Os seus dados pessoais serão utilizados para situações específicas e finalidades pré-determinadas, como o cadastro geral, posse, confirmação de pagamento e fornecimento de informações. Seus dados serão compartilhados com a Secretaria de Educação de Santa Catarina para as quais você realizará o Processo Seletivo, a fim de viabilizar plena divulgação do resultado e convocação para que esta cumpra obrigações legais perante.
- 25.5. Seus dados pessoais também poderão ser compartilhados com parceiros terceirizados (fornecedores ou subcontratados) que tratem os dados pessoais sob a nossa responsabilidade. Neste caso, garantimos que tais empresas cumprirão os mesmos requisitos de conformidade, ética e segurança que a ACAFE. Em decorrência de uma obrigação legal, os seus dados pessoais podem ser compartilhados com autoridades

públicas, com a finalidade de cumprir políticas públicas, realização de estudos por órgão de pesquisa, para exercício regular de direito em processo judicial, administrativo ou arbitral, para proteção da vida, incolumidade física e para o atendimento a interesses legítimos, respeitados em todos os casos os seus direitos individuais enquanto titular.

- 25.6. Durante o Processo Seletivo e no momento oportuno, você pode ser solicitado a fornecer as seguintes informações, as quais são necessárias para o cumprimento do contrato, realização do exame e pose: nome completo, nacionalidade, estado civil, naturalidade, endereço, telefone, e-mail, gênero, raça, laudo PcD (quando for o caso), data de nascimento, RG, CPF, foto, identificação datiloscópica e responsável legal (quando for o caso).
- 25.7. Todos os dados pessoais cujo tratamento é realizado pela ACAFE serão mantidos em base de dados própria cujo acesso é protegido por login e senha, criptografia e acessível somente aos funcionários com nível de autorização próprio.
- 25.8. Qualquer requisição relativa aos seus direitos enquanto titular de dados pessoais, tais como a confirmação e acesso, correção, anonimização, bloqueio ou eliminação, portabilidade, compartilhamento e oposição, conforme o caso, assim como maiores informações sobre a estruturação da nossa política de tratamento de dados pessoais, prazos de retenção e bases legais poderá ser requerida diretamente para nosso Encarregado de Proteção de Dados Pessoais em lgpd@acafe.org.br.

26. DA PUBLICAÇÃO E DO FORO

- 26.1. As disposições e instruções contidas na página da internet, no requerimento de inscrição, no Caderno de Prova e no Cartão Resposta personalizado deste Processo Seletivo constituirão normas que integram o presente Edital.
- 26.2. Incorporar-se-ão a este Edital, para todos os efeitos, quaisquer Editais, comunicados ou Portarias que forem publicadas pela Comissão do Processo Seletivo da SED/SC e da Comissão Técnica da ACAFE.
- 26.3. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação pela internet, no site acafe.org.br/act.
- 26.4. O Edital, e seus anexos estarão disponíveis pela internet, no site acafe.org.br/act.
- 26.5. Do resultado deste Processo Seletivo não caberá recurso de qualquer natureza.
- 26.6. Este Edital poderá ser alterado, revogado ou anulado, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, por motivo de interesse público ou exigência legal, em decisão fundamentada, decorrente de fato superveniente, sem que isso implique direito de indenização ou reclamação de qualquer natureza, conforme legislação vigente.
- 26.7. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo da SED/SC ou da Comissão Técnica da ACAFE.
- 26.8. Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis/SC para dirimir toda e qualquer questão inerente ao presente Processo Seletivo.

Florianópolis, 23 de agosto de 2023.

Aristides Cimadon,
Secretário de Estado da Educação do Estado de Santa Catarina

ANEXO I

CRONOGRAMA DAS ETAPAS

Atividade	Data
Divulgação do edital	25/08/2023
Inscrição de candidatos	De 25/08/2023 a 12/09/2023
Solicitação de isenção para taxa de inscrição	De 25/08/2023 a 04/09/2023
Solicitação do atendimento especial	De 25/08/2023 a 13/09/2023
Resultado preliminar de isenção da taxa de inscrição	06/09/2023
Recurso do resultado preliminar de isenção da taxa de inscrição	06 e 08/09/2023
Resultado de isenção da taxa de inscrição	12/09/2023
Prazo para pagamento da taxa de inscrição	13/09/2023
Homologação preliminar das inscrições	14/09/2023
Recurso da homologação preliminar	14 e 15/09/2023
Resultado preliminar do atendimento especial	14/09/2023
Recurso do atendimento especial	14/09/2023 e 15/09/2023
Resultado do atendimento especial	18/09/2023
Homologação	18/09/2023
Confirmação do local de prova	18/09/2023
Aplicação da Prova Objetiva	01/10/2023
Divulgação do gabarito preliminar	02/10/2023
Recurso do gabarito preliminar	02 e 03/10/2023
Divulgação do gabarito final	17/10/2023
Divulgação do resultado preliminar da Prova Objetiva	17/10/2023
Recurso do resultado preliminar da Prova Objetiva	17 e 18/10/2023
Divulgação do resultado da Prova Objetiva	23/10/2023
Entrega dos títulos	De 23/10/2023 a 27/10/2023
Divulgação da análise preliminar de títulos	14/11/2023
Recurso da análise de títulos	14 e 16/11/2023
Divulgação do resultado da prova de títulos	21/11/2023
Aplicação da prova de libras	29/10/2023
Divulgação do resultado preliminar da prova de libras	13/11/2023
Recurso do resultado preliminar da prova de libras	14 e 16/11/2023
Divulgação do resultado da prova de libras	24/11/2023
Divulgação do resultado preliminar do Processo Seletivo	28/11/2023
Recurso do resultado preliminar	28 e 29/11/2023
Divulgação do resultado	01/12/2023
Relatório geral da prova	01/12/2023
Resultado em formato TXT	01/12/2023
Homologação do resultado da classificação dos ACTs	01/12/2023

ANEXO II

QUADRO DAS ÁREAS DE CONHECIMENTO DE REFERÊNCIA E
HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA

O candidato com formação superior deverá apresentar diploma de conclusão do Curso, devidamente registrado, ou, provisoriamente, para os formandos, declaração de que concluiu e foi aprovado em todas as disciplinas.

O candidato que apresentar certidão de colação de grau ou declaração de que concluiu o curso deverá obrigatoriamente, no dia da admissão, apresentar o original e a fotocópia do diploma de conclusão do Curso.

O candidato que não apresentar no dia da admissão o diploma de conclusão do Curso perceberá seus vencimentos como não-habilitado até que o apresente. (Item 2 do Edital)

Áreas de conhecimento de referência
Ambiente e Saúde
Habilitado - Diploma e Histórico Escolar de Licenciatura em Química ou Biologia; Diploma e Histórico Escolar de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Farmácia, Bioquímica, Medicina, Enfermagem, Fisioterapia) + Complementação Pedagógica em Educação Profissional e Tecnológica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Farmácia, Bioquímica, Medicina, Enfermagem, Fisioterapia) + Complementação Pedagógica em Educação Básica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Farmácia, Bioquímica, Medicina, Enfermagem, Fisioterapia) + Pós-graduação / Especialização em Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT).

Áreas de conhecimento de referência
Arte
Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Licenciatura Plena em Arte ou Curso de Licenciatura Plena em Artes; ou Curso de Licenciatura Plena em Artes Visuais; ou Curso de Licenciatura Plena em Artes Plásticas; ou Curso de Licenciatura Plena em Artes Cênicas ou Teatro; ou Curso de Licenciatura Plena em Música; ou Curso de Licenciatura Plena em Dança.

Áreas de conhecimento de referência
Banda e Coral - IEE
Habilitado - Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura em Música. OBSERVAÇÃO: Disponibilidade para viajar no estado de Santa Catarina e ou fora dele para participação de Eventos e nos finais de semana.

Áreas de conhecimento de referência
Ciências Agrárias
Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior em Licenciatura em Ciências Agrícolas, Licenciatura em Educação do Campo na área de Ciências Agrárias; Agronomia, Zootecnia, Medicina Veterinária, Tecnologia em Agropecuária, Tecnologia em Agroecologia, com complementação pedagógica; ou Curso Emergencial de Licenciatura Plena de Formação de Professores na área.

Áreas de conhecimento de referência
Ciências Agroecológicas
Habilitado - Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior com licenciatura ou bacharelado em Tecnologia em Agroecologia; Agronomia, Engenharia de Produção Agropecuária, Ciências Agrícolas, Ciências Agrárias, Medicina Veterinária, Zootecnia Tecnologia em Zootecnia, Engenharia Agrícola com complementação pedagógica ou Diploma de Docência ou licenciado para a Educação Profissional; ou Licenciatura em Educação do Campo na área de Ciências Agrárias.

Áreas de conhecimento de referência
Ciências e Biologia
Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas ou Biologia, ou Licenciatura em Educação do Campo - Área de Ciências da Natureza (Biologia, Física, e Química) e Matemática.

Áreas de conhecimento de referência
Ciências da Natureza e suas Tecnologias
Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas ou Biologia ou Física ou Química ou Licenciatura em Educação do Campo - Área de Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química) e Matemática.

Áreas de conhecimento de referência
Controle e Processos Industriais
Habilitado - Diploma e Histórico Escolar de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Materiais, Tecnologia em Mecatrônica, Tecnologia em Automação, Engenharia de Produção Mecânica, Tecnologia em Mecânica, Engenharia de Manutenção Industrial ou Engenharia Mecatrônica) + Complementação Pedagógica em Educação Profissional e Tecnológica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Materiais, Tecnologia em Mecatrônica, Tecnologia em Automação, Engenharia de Produção Mecânica, Tecnologia em Mecânica, Engenharia de Manutenção Industrial ou Engenharia Mecatrônica) + Complementação Pedagógica em Educação Básica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Materiais, Tecnologia em Mecatrônica, Tecnologia em Automação, Engenharia de Produção Mecânica, Tecnologia em Mecânica, Engenharia de Manutenção Industrial ou Engenharia Mecatrônica) + Pós-graduação / Especialização em Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT).

Áreas de conhecimento de referência
Coordenador de Unidade Descentralizada
Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena.

Áreas de conhecimento de referência
Dança (Dança Clássica e Dança Contemporânea) – IEE
Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Educação Física ou Curso de Licenciatura em Dança ou Licenciatura em Arte com habilitação em Dança. OBSERVAÇÃO: Disponibilidade para viajar no estado de Santa Catarina e ou fora dele para participação de Eventos e nos finais de semana.

Áreas de conhecimento de referência
Direito
Habilitado - Diploma e Histórico Escolar de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Direito ou Ciências Jurídicas e Sociais) + Complementação Pedagógica em Educação Profissional e Tecnológica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Direito ou Ciências Jurídicas e Sociais) + Complementação Pedagógica em Educação Básica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Direito ou Ciências Jurídicas e Sociais) + Pós-graduação / Especialização em Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT).

Áreas de conhecimento de referência
Educação Especial
Habilitado: Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura em Educação Especial; ou Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Especial; ou Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com Curso Complementação Pedagógica em Educação Especial apostilado ao diploma; ou Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com Pós-Graduação Lato ou Stricto Sensu em Educação Especial; ou Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com Pós-Graduação em Educação Inclusiva; ou Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com Pós-Graduação em Atendimento Educacional Especializado; ou Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia; ou Curso Normal Superior com Curso de Complementação Pedagógica em Educação Especial apostilado ao diploma; ou Curso Normal Superior com Pós-Graduação em Educação Especial; ou Curso Normal Superior com Pós-Graduação em Educação Inclusiva; ou Curso Normal Superior com Pós-Graduação em Atendimento Educacional Especializado.
Áreas de conhecimento de referência
Educação Física
Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Educação Física.
Áreas de conhecimento de referência
Enfermagem
Habilitado - Diploma e Histórico Escolar de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior em Enfermagem + Complementação Pedagógica em Educação Profissional e Tecnológica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior em Enfermagem + Complementação Pedagógica em Educação Básica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior em Enfermagem + Pós-graduação / Especialização em Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT).
Áreas de conhecimento de referência
Ensino Religioso
Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências da Religião – Licenciatura em Ensino Religioso.
Áreas de conhecimento de referência
Filosofia
Habilitado: Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Filosofia; Licenciatura em Educação do Campo da área das Ciências Humanas.
Áreas de conhecimento de referência
Física
Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura em Física ou Licenciatura em Educação do Campo - Área de Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química) e Matemática.
Áreas de conhecimento de referência
Geografia
Habilitado: Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Geografia; Licenciatura em Educação do Campo da área das Ciências Humanas.
Áreas de conhecimento de referência
Gestão e Negócios

Habilitado - Diploma e Histórico Escolar de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Economia, Administração, Comércio Exterior, Gestão de Políticas Públicas, Administração Pública, Negócios Internacionais, Relações Internacionais, Ciências Contábeis, Tecnologia em Logística, Tecnologia em Gestão financeira, Tecnologia em Marketing, Tecnologia em Comércio Exterior, ou Tecnologia em Gestão Comercial) + Complementação Pedagógica em Educação Profissional e Tecnológica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Economia, Administração, Comércio Exterior, Gestão de Políticas Públicas, Administração Pública, Negócios Internacionais, Relações Internacionais, Ciências Contábeis, Tecnologia em Logística, Tecnologia em Gestão financeira, Tecnologia em Marketing, Tecnologia em Comércio Exterior, ou Tecnologia em Gestão Comercial) + Complementação Pedagógica em Educação Básica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Economia, Administração, Comércio Exterior, Gestão de Políticas Públicas, Administração Pública, Negócios Internacionais, Relações Internacionais, Ciências Contábeis, Tecnologia em Logística, Tecnologia em Gestão financeira, Tecnologia em Marketing, Tecnologia em Comércio Exterior, ou Tecnologia em Gestão Comercial) + Pós-graduação / Especialização em Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT).

Áreas de conhecimento de referência

Ginástica Rítmica e Ginástica Artística - IEE

Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Educação Física. OBSERVAÇÃO: Disponibilidade para viajar no estado de Santa Catarina e ou fora dele para participação de Eventos e nos finais de semana.

Áreas de conhecimento de referência

História

Habilitado: Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em História; Licenciatura em Educação do Campo da área das Ciências Humanas.

Áreas de conhecimento de referência

Informação e Comunicação

Habilitado - Diploma e Histórico Escolar de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Sistemas de Informação, Ciências da Computação, Engenharia da Computação, Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação, Tecnologia da Computação, Tecnologia de Desenvolvimento de Sistemas, Administração de Sistemas de informação, Tecnologia em Design Gráfico, Tecnologia em Banco de Dados, Tecnologia em Sistemas para internet, Engenharia de Software, Engenharia da Computação, Tecnologia em Redes de Computadores, Tecnologia em Redes de Telecomunicações ou Engenharia de Telecomunicações) + Complementação Pedagógica em Educação Profissional e Tecnológica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Sistemas de Informação, Ciências da Computação, Engenharia da Computação, Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação, Tecnologia da Computação, Tecnologia de Desenvolvimento de Sistemas, Administração de Sistemas de informação, Tecnologia em Design Gráfico, Tecnologia em Banco de Dados, Tecnologia em Sistemas para internet, Engenharia de Software, Engenharia da Computação, Tecnologia em Redes de Computadores, Tecnologia em Redes de Telecomunicações ou Engenharia de Telecomunicações) + Complementação Pedagógica em Educação Básica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Sistemas de Informação, Ciências da Computação, Engenharia da Computação, Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação, Tecnologia da Computação, Tecnologia de Desenvolvimento de Sistemas, Administração de Sistemas de informação, Tecnologia em Design Gráfico, Tecnologia em Banco de Dados, Tecnologia em Sistemas para internet, Engenharia de Software, Engenharia da Computação, Tecnologia em Redes de Computadores, Tecnologia em Redes de Telecomunicações ou Engenharia de Telecomunicações) + Pós-graduação / Especialização em Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT) Diploma e Histórico Escolar de Bacharel em Informática, Diploma e Histórico Escolar de Licenciatura em Informática.

Áreas de conhecimento de referência

Infraestrutura

Habilitado - Diploma e Histórico Escolar de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Tecnologia em Saneamento Ambiental, Engenharia Civil, Arquitetura

e Urbanismo, Engenharia de Agrimensura, Agronomia, Tecnologia em Construção Civil, Engenharia Naval, Engenharia Ambiental, Tecnologia em Controle de Obras, Engenharia Ambiental, Engenharia de Transportes, Engenharia de Mobilidade, Tecnologia em Saneamento Ambiental ou Tecnologia em Agrimensura) + Complementação Pedagógica em Educação Profissional e Tecnológica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Tecnologia em Saneamento Ambiental, Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia de Agrimensura, Agronomia, Tecnologia em Construção Civil, Engenharia Naval, Engenharia Ambiental, Tecnologia em Controle de Obras, Engenharia Ambiental, Engenharia de Transportes, Engenharia de Mobilidade, Tecnologia em Saneamento Ambiental ou Tecnologia em Agrimensura) + Complementação Pedagógica em Educação Básica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Tecnologia em Saneamento Ambiental, Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia de Agrimensura, Agronomia, Tecnologia em Construção Civil, Engenharia Naval, Engenharia Ambiental, Tecnologia em Controle de Obras, Engenharia Ambiental, Engenharia de Transportes, Engenharia de Mobilidade, Tecnologia em Saneamento Ambiental ou Tecnologia em Agrimensura) + Pós-graduação / Especialização em Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT).

Áreas de conhecimento de referência

Intérprete da Libras

Habilitado: Curso de Bacharelado em Letras Libras; ou Curso de Licenciatura Plena em qualquer área do conhecimento. **OBSERVAÇÃO:** ESTE PROFESSOR DEVERÁ SER OUVINTE.

Áreas de conhecimento de referência

Judô – IEE.

Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Educação Física. **OBSERVAÇÃO:** Disponibilidade para viajar no estado de Santa Catarina e ou fora dele para participação de Eventos e nos finais de semana.

Áreas de conhecimento de referência

Língua Estrangeira Alemão

Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Letras-Alemão.

Áreas de conhecimento de referência

Língua Estrangeira Espanhol

Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Letras-Espanhol.

Áreas de conhecimento de referência

Língua Estrangeira Francês

Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Letras-Francês.

Áreas de conhecimento de referência

Língua Estrangeira Inglês

Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Letras-Inglês.

Áreas de conhecimento de referência

Língua Estrangeira Italiano

Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Letras-Italiano.

Áreas de conhecimento de referência

Linguagem - Língua Portuguesa e Literatura

Habilitado: Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Letras - Língua Portuguesa; Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Letras Português/Inglês; Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Letras Português/Espanhol; Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Letras Português/Italiano; Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Letras Português/Francês; Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Letras Português/Alemão.

Áreas de conhecimento de referência

Matemática

Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Matemática, ou Licenciatura em Educação do Campo - Área de Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química) e Matemática.

Áreas de conhecimento de referência

Modalidades Coletivas (Basquetebol, Futsal, Handebol, Voleibol) – IEE

Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Educação Física. **OBSERVAÇÃO:** Disponibilidade para viajar no estado de Santa Catarina e ou fora dele para participação de Eventos e nos finais de semana.

Áreas de conhecimento de referência

Orientador de Convivência

Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Educação Física ou Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Áreas de conhecimento de referência

Pedagogia

Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia; ou Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia Séries Iniciais/Anos Iniciais; ou Diploma/Certificado de Conclusão de Curso Normal Superior; ou Diploma/Certificado de Conclusão do Magistério. Diploma em Licenciatura em Educação Escolar Quilombola.

Áreas de conhecimento de referência

Produção Alimentícia

Habilitado - Diploma e Histórico Escolar de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Tecnologia em Alimentos, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Química de Alimentos, Engenharia de Alimentos, Tecnologia em Gastronomia ou Tecnologia em Agroindústria) + Complementação Pedagógica em Educação Profissional e Tecnológica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Tecnologia em Alimentos, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Química de Alimentos, Engenharia de Alimentos, Tecnologia em Gastronomia ou Tecnologia em Agroindústria) + Complementação Pedagógica em Educação Básica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Tecnologia em Alimentos, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Química de Alimentos, Engenharia de Alimentos, Tecnologia em Gastronomia ou Tecnologia em Agroindústria) + Pós-graduação / Especialização em Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT).

Áreas de conhecimento de referência

Produção Cultural e Design

Habilitado - Diploma e Histórico Escolar de Licenciatura em Artes ou Educação Física; Diploma e Histórico Escolar de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Tecnologia em Produção Cultural, Tecnologia em Produção Cênica, Dança, Teatro, Artes cênicas, Design Gráfico ou Tecnologia em Design de Moda) + Complementação Pedagógica em Educação Profissional e Tecnológica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Tecnologia em Produção Cultural, Tecnologia em Produção Cênica, Dança, Teatro, Artes cênicas, Design Gráfico ou Tecnologia em Design de

Moda) + Complementação Pedagógica em Educação Básica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Tecnologia em Produção Cultural, Tecnologia em Produção Cênica, Dança, Teatro, Artes cênicas, Design Gráfico ou Tecnologia em Design de Moda) + Pós-graduação / Especialização em Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT).

Áreas de conhecimento de referência

Produção Industrial

Habilitado - Diploma e Histórico Escolar de Licenciatura em Química ou Ciências com habilitação em Química; Diploma e Histórico Escolar de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Engenharia Química, Tecnologia em Química, Tecnologia em Processos Químicos e Industriais ou Engenharia Bioquímica) + Complementação Pedagógica em Educação Profissional e Tecnológica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Engenharia Química, Tecnologia em Química, Tecnologia em Processos Químicos e Industriais ou Engenharia Bioquímica) + Complementação Pedagógica em Educação Básica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Engenharia Química, Tecnologia em Química, Tecnologia em Processos Químicos e Industriais ou Engenharia Bioquímica) + Pós-graduação / Especialização em Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT).

Áreas de conhecimento de referência

Professor Bilíngue - Libras

Habilitado - Diploma e Histórico Escolar de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia Bilíngue; - Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Letras-Libras; - Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - Educação Especial, com habilitação em Deficiência Auditiva; Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - Educação Especial, com curso de Pós-Graduação em Libras; Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, com curso de Pós-Graduação em Libras; Curso Normal Superior com Certidão de Frequência em Curso de Licenciatura em Educação Especial ou em Curso de Complementação Pedagógica em Educação Especial.
OBSERVAÇÃO: ESTE PROFESSOR PRECISA SER OUVINTE

Áreas de conhecimento de referência

Professor de Libras/AEE - Instrutor - Itinerante

Habilitado: Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Letras-Libras; Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - Educação Especial, com habilitação em Deficiência Auditiva; Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - Educação Especial, com curso de Pós-graduação em Libras. Diploma e Histórico Escolar de conclusão do curso de licenciatura plena em Pedagogia Bilíngue.
OBSERVAÇÃO: ESTE PROFESSOR PODERÁ SER SURDO.

Áreas de conhecimento de referência

Professor Residente

Habilitado - Licenciatura em Pedagogia; ou Licenciatura plena em qualquer Disciplina ou área do conhecimento; ou Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior com licenciatura ou bacharelado com complementação pedagógica ou Diploma de Docência ou licenciado para a Educação Profissional: Tecnologia em Agroecologia; Agronomia, Engenharia de Produção Agropecuária, Ciências Agrícolas, Ciências Agrárias, Medicina Veterinária, Zootecnia. Tecnologia em Zootecnia, Engenharia Agrícola.

Áreas de conhecimento de referência

Psicologia Aplicada

Habilitado - Diploma e Histórico Escolar de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior em Psicologia + Complementação Pedagógica em Educação Profissional e Tecnológica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior em Psicologia + Complementação Pedagógica em Educação Básica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior em Psicologia + Pós-graduação / Especialização em Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT).

Áreas de conhecimento de referência
Química
Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura em Química ou Licenciatura em Educação do Campo - Área de Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química) e Matemática.

Áreas de conhecimento de referência
Recursos Naturais
Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior em Ciências Agrárias e Ciências Agrícolas, Agronomia, Engenharia Agrícola, Engenharia Florestal, Engenharia de Produção Agroindustrial, Engenharia Ambiental, Tecnologia em Gestão Ambiental, Tecnologia em Administração Rural, Tecnologia em Cooperativismo, Tecnologias em Produção Agrícola, Zootecnia, Medicina Veterinária, com complementação pedagógica; Licenciatura em Educação do Campo na área de Ciências Agrárias; ou Curso Emergencial de Licenciatura Plena de Formação de Professores na área.

Áreas de conhecimento de referência
Segurança
Habilitado - Diploma e Histórico Escolar de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Tecnologia em Segurança no Trabalho, Engenharia Civil, Engenharia Ambiental e Sanitária ou Engenharia de Segurança do Trabalho) + Complementação Pedagógica em Educação Profissional e Tecnológica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Tecnologia em Segurança no Trabalho, Engenharia Civil, Engenharia Ambiental e Sanitária ou Engenharia de Segurança do Trabalho) + Complementação Pedagógica em Educação Básica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Tecnologia em Segurança no Trabalho, Engenharia Civil, Engenharia Ambiental e Sanitária ou Engenharia de Segurança do Trabalho) + Pós-graduação / Especialização em Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT).

Áreas de conhecimento de referência
Sociologia
Habilitado: Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais/Sociologia; Licenciatura em Educação do Campo da área das Ciências Humanas.

Áreas de conhecimento de referência
Tecnologias Educacionais
Habilitado: Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia/componente de qualquer uma das Áreas do Conhecimento previstas na BNCC e mínimo de 120h de curso na área de informática e/ou tecnologias educacionais em instituições reconhecidas pelo MEC/CEE/MT ou Licenciatura em Informática ou Bacharelado em TICs com complementação pedagógica.

Áreas de conhecimento de referência
Turismo, Hospitalidade e Lazer
Habilitado - Diploma e Histórico Escolar de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Turismo, Tecnologia em Hotelaria, Tecnologia em Gestão do Turismo, Gestão Hoteleira, Nutrição, Engenharia de Alimentos, Tecnologia dos Alimentos ou Tecnologia em Gastronomia) + Complementação Pedagógica em Educação Profissional e Tecnológica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Turismo, Tecnologia em Hotelaria, Tecnologia em Gestão do Turismo, Gestão Hoteleira, Nutrição, Engenharia de Alimentos, Tecnologia dos Alimentos ou Tecnologia em Gastronomia)) + Complementação Pedagógica em Educação Básica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Turismo, Tecnologia em Hotelaria, Tecnologia em Gestão do Turismo, Gestão Hoteleira, Nutrição, Engenharia de Alimentos, Tecnologia dos Alimentos ou Tecnologia em Gastronomia)) + Pós-graduação / Especialização em Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT).

ANEXO III

COORDENADORIA / SUPERVISÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO

Araranguá
Blumenau
Caçador
Canoinhas
Chapecó
Concórdia
Criciúma
Curitibanos
Braço do Norte
Brusque
Campos Novos
Dionísio Cerqueira
Florianópolis
Ibirama
Itajaí
Itapiranga
Ituporanga
Jaraguá do Sul
Joaçaba
Joinville
São Joaquim
Lages
Laguna
Mafra
Maravilha
Palmitos
Rio do Sul
Seara
São Bento do Sul
São Lourenço do Oeste
São Miguel do Oeste
Taió
Timbó
Tubarão
Videira
Xanxerê

ANEXO IV

CIDADES PARA APLICAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

Araranguá
Blumenau
Caçador
Chapecó
Concórdia
Criciúma
Curitibanos
Florianópolis
Itajaí
Jaraguá do Sul
Joaçaba
Joinville
Lages
Mafra
Maravilha
Rio do Sul
São Lourenço do Oeste
São Miguel do Oeste
Tubarão
Videira

ANEXO V

DESCRIPTIVO DAS ATRIBUIÇÕES

- Ministrar aulas e orientar a aprendizagem do aluno;
- Elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência;
- Avaliar o desempenho dos alunos atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados;
- Cooperar com os Serviços de Orientação Educação e Supervisão Escolar;
- Promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade do ensino;
- Participar de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas e outras;
- Preencher devidamente os dados em sistemas informatizados a fim de manter informados os pais ou responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, assim como a execução da atividade docente;
- Promover aulas e trabalhos de recuperação com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem;
- Seguir as diretrizes do ensino emanadas do órgão superior competente;
- Fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades;
- Assumir a docência, quando do impedimento eventual do professor responsável pela turma e/ou disciplina, independentemente da etapa ou da modalidade;
- Elaborar e implementar projetos especiais relacionados às disciplinas, aos Temas Transversais/Multidisciplinares e ao Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar;
- Elaborar seu planejamento bimestral/semestral/anual dos temas a serem trabalhados com os estudantes, em conjunto com a equipe pedagógica da escola;
- Participar do planejamento curricular com todos os professores da unidade escolar;
- Participar na elaboração, execução e avaliação de planos, programas e projetos na área educacional; e
- Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

Anexo VI

EMENTA, CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Conhecimentos Gerais

Ementas/conteúdos programáticos
<ul style="list-style-type: none"> - Fundamentos teóricos metodológicos da Proposta Curricular de Santa Catarina. - Percursos formativos e a estruturação do trabalho pedagógico. - Diversidade como princípio formativo. - Legislação da Educação Básica. - Avaliação da aprendizagem. - Princípios da Administração Pública
Referências
<p>BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm</p> <p>BRASIL. Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm</p> <p>SANTA CATARINA. Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense. Florianópolis: SED, 2019. (Páginas 1 a 99). Disponível em: https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/30440-curriculo-base-da-educacao-infantil-e-do-ensino-fundamental-do-territorio-catarinense-3</p> <p>SANTA CATARINA. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, 2021; CADERNO 1. Disponível em: https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/30899-novo-ensino-medio ;</p> <p>SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio: disciplinas curriculares. Florianópolis: COGEN, 1998; e</p> <p>SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: Formação Integral na Educação Básica. Florianópolis: SED, 2014. Disponíveis em: http://www.sed.sc.gov.br/servicos/professores-e-gestores/16977-nova-proposta-curricular-de-sc-2014</p> <p>SANTA CATARINA. Resolução nº 183, de 19 de novembro de 2013. Florianópolis: CEE/SC, 2013, estabelece diretrizes operacionais para a avaliação do processo ensino-aprendizagem nos estabelecimentos de ensino de Educação Básica e Profissional Técnica de Nível Médio, integrantes do Sistema Estadual de Educação. Disponível em: http://www.cee.sc.gov.br/index.php/downloads/comissoes/educacao-basica/ensino-medio/resolucoes-14?format=html</p>

Didática da Prática Docente

Ementas/conteúdos programáticos
<p>Didática. Processo de ensino e aprendizagem. Concepções de educação. Papel do professor e suas competências. Teoria da atividade. Prática docente e o sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem. Planejamento, pressupostos metodológicos e avaliação da aprendizagem. Fundamentos sócio-políticos-epistemológicos da Didática. Identidade docente. Plano de aula com foco nas competências e habilidades. Metodologias interativas.</p>

Área de concentração/disciplina/componente

Área de concentração/disciplina/componente
Ambiente e Saúde
Ementas/conteúdos programáticos
<p>Tecnologias consagradas à melhoria da qualidade de vida e ao bem-estar físico, mental e social, à proteção e preservação dos seres vivos e recursos naturais e ao desenvolvimento e inovação de aparatos tecnológicos de atenção e mitigação de riscos à saúde e ao ambiente. Políticas públicas em saúde, biossegurança e meio ambiente. Anatomia humana. Educação Ambiental. Desenvolvimento sustentável.</p> <p>Perfil Profissional de Conclusão, Atribuições e funções do técnico em massoterapia, do técnico em meio ambiente, do técnico em farmácia, do técnico em Saúde Bucal, do técnico em análises clínicas e do técnico em estética.</p> <p>Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense - Caderno 1 - Disposições Gerais.</p> <p>Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense - Caderno 5: Trilhas de Aprofundamento da Educação Profissional e Tecnológica.</p> <p>Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica - RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021.</p> <p>Resolução CEE/SC Nº 001/2022 - Estabelece Normas Complementares e Operacionais às Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio para o Sistema Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina.</p>

Área de concentração/disciplina/componente

Área de concentração/disciplina/componente
Arte
Ementas/conteúdos programáticos
<p>Competências específicas da área de Linguagens e suas tecnologias, competências específicas do componente e unidades temáticas, objetos de conhecimento, habilidade e conteúdo. Artes Visuais, Dança, Música e Teatro enquanto linguagem, expressão e conhecimento. História da arte. Conhecimentos artísticos, estéticos e culturais produzidos historicamente e em produção pela humanidade. Conceitos de som, forma, cor, gesto, movimento, espaço e tempo nas linguagens artísticas: musical, visual, cênica, articulados às dimensões conceituais do ensino e aprendizagem da Arte (criação, crítica, estesia, expressão, fruição e reflexão). Relações e concepções de arte e práticas de arte na escola. Concepções e metodologias do ensino da arte. Arte e Tecnologia. Arte, mídia, mercado e consumo. Arte e as questões políticas, sociais, econômicas, científicas, tecnológicas e culturais. Conexão entre as Unidades Temáticas (Artes Visuais, Dança, Música e Teatro) e as Artes Integradas, com ênfase às culturas locais, regionais e do Estado. Patrimônio artístico nacional e internacional, material e imaterial, com suas histórias e diferentes visões de mundo. Arte Africana, Afro-brasileira e Indígena. Educação, Arte e Diversidade.</p>
Referências

SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: Formação Integral na Educação Básica. Florianópolis: SED, 2014 e SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio: Formação docente. Florianópolis: COGEN, 1998. Disponíveis em: <http://www.sed.sc.gov.br/servicos/professores-e-gestores/16977-nova-proposta-curricular-de-sc-2014> ;
SANTA CATARINA. Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense. Florianópolis: SED, 2019. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/30440-curriculo-base-da-educacao-infantil-e-do-ensino-fundamental-do-territorio-catarinense-3> ;
SANTA CATARINA. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, 2020; CADERNOS 2 e 3 - Disponíveis em: <https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/30899-novo-ensino-medio>

Área de concentração/disciplina/componente
Banda e Coral - IEE
Ementas/conteúdos programáticos
A regência como instrumento de educação musical; o maestro e suas relações com o grupo; funções da regência e do regente; técnicas de ensaio; atuação em regência (técnica gestual do regente, postura física, aspectos psicológicos e emocionais, intenções, expressividade e comunicação verbal e não verbal); preparação gestual (convenções, entradas, cortes, condução, expressividade, gesto de entrada e gesto de finalização, marcação de compasso binário, ternário e quaternário simples; postura corporal, relaxamento e coordenação motora, movimentos convencionais e não convencionais); organização e administração de ensaios; processos de análise e escolha de repertório para grupos diversos; regência em corais, grupos vocais, agrupamentos instrumentais, bandas e fanfarras; estudo da partitura e preparação do regente (musical e pedagógica); técnicas de ensaio; prática de regência na realização de peças a 2, 3 e 4 vozes / peças instrumentais / peças de fanfarra / ritmos corporais; aspectos da banda e canto coral na educação musical; compassos (simples e compostos); unidade de tempo e unidade de compasso; transformação do compasso simples em composto e vice-versa; sinais de alteração (sustenidos, bemóis, dobrado sustenido, dobrado bemol, bequadro) e suas finalidades, armadura de clave e acidentes; transposição; acordes consonantes, dissonantes e análise de acordes; escalas maiores e as menores, ascendentes e descendentes, com sustenidos e bemóis, nas formas melódicas e harmônicas; fisiologia vocal (respiração, apoio diafragmático, emissão, ressonância, articulação, projeção); exercícios vocais da prática coral e suas aplicações; leitura de partituras; afinação vocal e instrumental; exercícios de afinação; interpretação instrumental e vocal (agógica, dinâmica, fraseado e questões estilísticas); apreciação musical (escuta analítica e/ou comparativa de repertório representativo); prática de repertório (estudo de peças instrumentais e vocais a capella e/ou com acompanhamento instrumental); repertório de banda e de coral; aspectos artísticos da prática de banda e coral; fluência rítmica; propriedades do som (altura, timbre, duração e intensidade); ritmo; dinâmica;
Referências
Projeto Político Pedagógico do Instituto Estadual de Educação - Pág. 18 e atuar como Professor da Banda, e Coral. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1mXuv9LVDn08a9dfOkj05h3f8oAtbsfsc/view AIZPURUA, P. Teoría del conjunto coral. Madrid: Real Musical, 1986. BAÊ, Tuti & MARSOLA, Mônica. Canto, uma expressão - Princípios básicos de técnica vocal. São Paulo: Irmãos Vitale, 2000. BAÊ, Tuti. Canto, uma consciência melódica - Os intervalos através dos vocalizes. São Paulo, 2003. BEINEKE, Viviane. Construindo um fazer musical significativo: reflexões e vivências. Revista Nupeart/Universidade do Estado de Santa Catarina. Núcleo Pedagógico de Educação e Arte. Florianópolis: UDESC, v.1, n. 1, setembro, 2002. BAPTISTA, Raphael. Tratado de Regência: aplicada à orquestra, a banda de música e ao coro. Irmão Vitale BEHLAU, Mara (org.). Voz – O livro do especialista. Vol II. Rio de Janeiro: Revinter, 2010. BEUTTENMULLER, Maria da Glória & LAPORT, Nelly. Expressão Vocal e Expressão Corporal. 2 ed. Rio de Janeiro: Enelivros, 1992. BEYER, E.; KEBACH, P (Org.). Pedagogia da Música: experiências de apreciação musical. EditoraMediação. BOONE, Daniel R. & Mc Farlane, Stephen C., A Voz e a Terapia Vocal. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. DINVILLE, Claire. A Técnica da Voz Cantada. Rio de Janeiro: Enelivros, 1993. CARDOSO, B.; MASCARENHAS, M. Curso Completo de Teoria Musical e Solfejo. Editora Irmãos Vitale. Volumes 1 e 2. COELHO, H. Técnica vocal para coros. Novo Hamburgo: Sinodal, 2001. DINVILLE, Claire. A Técnica da Voz Cantada. Rio de Janeiro: Enelivros, 1993 FIGUEIREDO, Sérgio Luiz Ferreira. A educação musical e os novos tempos da educação brasileira. Revista Nuperart/Universidade do Estado de Santa Catarina. Núcleo Pedagógico de Educação e Arte. Florianópolis: UDESC, v.1, n. 1, setembro, 2002. FIGUEIREDO, S. L. F. O ensaio coral como momento de aprendizagem: a prática coral numa perspectiva de educação musical. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação de Mestrado. 1990. GALLO, J.A., Graetzer, G., Nardi, H. & Russo, A. El director de coro: Manual para la dirección de coros vocacionales. Buenos Aires: Ricordi Americana, 1979. GAYOTTO, L. H. Voz - Partitura da Ação. 2 ed São Paulo: Plexus, 2002. GOULART, Diana & COOPER, Malu - Por todo Canto – coletânea de exercícios de técnica vocal. São Paulo: Editora G 4, 2000. KERR, Samuel. Monitores corais. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura – Assessoria Especial de Música – Oficina Cultural “Oswaldo de Andrade”, 1989 LAGO, S. A arte da regência: História, técnica e maestros. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 2002. LEITE, M. Método de Canto Popular Brasileiro para Vozes Médio-Agudas. Rio de Janeiro: Lumiar, 2001. MARTINEZ, E., Sartori, D., Gorla, P. & Brack, R. Regência coral: Princípios básicos. Curitiba: Editora Dom Bosco, 2000. MATHIAS, Nelson. Coral, um canto apaixonante. Brasília: MusiMed, 1986. MODINGER, C. R. et al. Artes Visuais, Dança, Música e Teatro: práticas pedagógicas e colaborações docentes. Edelbra MED, Bohumil. Teoria da Música. Musimed, 1996. PALHEIROS, Graça Boal. Funções e modos de ouvir música de crianças e adolescentes, em diferentes contextos. In. Ilari, Beatriz Senoi (org.) Em busca da mente musical: ensaios sobre os processos cognitivos em música – da percepção à produção. Curitiba, Ed. da UFPR, 2006. PENNA, M. Música(s) e Seu Ensino. Sulina, 2018. PRIOLLI, Maria Luiza de Mattos. Princípios Básicos da Música para a Juventude, Volumes I e II, irmãs vitale, 2021. QUINTEIRO, Eudósia Acuña. Estética da Voz Summus Editorial, São Paulo, 1989. RIO DE JANEIRO/PREFEITURA. Música na escola: O uso da voz. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Educação/ Conservatório Brasileiro de Música (Série Didática), 2000 Rio de Janeiro/Prefeitura. Música na escola: Jogos e brincadeiras musicais. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Educação/ Conservatório Brasileiro de Música (Série Didática), 2002. ROBINSON, R. & Winold, A. The choral experience. New York: Harper’s, 1976. SANTA CATARINA. Projeto Político Pedagógico do Instituto Estadual de Educação. Atualizado até 20.07.2018. BANDA; SANTA CATARINA. Projeto Político Pedagógico do Instituto Estadual de Educação. Atualizado até 20.07.2018. CORAL;

[SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio: disciplinas curriculares. Florianópolis: COGEN, 1998; SEKEFF, M. L. Da Música, Seus Usos e Recursos. Editora Unesp, 2007.](#)
[SOBREIRA, S. Desafinação vocal. Rio de Janeiro: Musimed, 2003.](#)
[TOURINHO, Irene. Seleção de repertório para o ensino de música. Em pauta, v5, nº 8. Porto Alegre, p. 17-28, 1993.](#)
[ZANDER, O. Regência coral. Porto Alegre: Movimento, 2003](#)

Área de concentração/disciplina/componente
Ciências Agrárias
Ementas/conteúdos programáticos
Administração e economia rural - Conceituação; História da Administração Rural; Agrobusiness; Empreendedorismo; Estratégia da empresa rural; Recursos de produção; Ambiente da empresa rural; Processos administrativos na empresa rural; Marketing; Funções do administrador rural; Finanças; Economia; Gestão da Empresa Agrícola; Custo agrícola, custos fixos e custos variáveis, renda bruta e renda líquida. Educação e trabalho; Produção animal; Criação de animais; Instalações zootécnicas; Cooperativismo; Sociologia e extensão rural; Sustentabilidade; Nutrição e saúde animal; Ferramentas de gestão. Origem, histórico e evolução da agricultura. Aspectos morfológicos e fisiológicos. Distribuição geográfica. Importância sócio-econômica. Produtos e subprodutos. Sistemas de semeadura. Cultivares. Vivericultura: Produção de sementes e mudas. Controle fitossanitário e de plantas daninhas. Técnicas de cultivo e adubação. Princípios e operações de pré-colheita, colheita, pós-colheita; transporte; secagem e armazenamento de produtos de interesse econômico das variadas culturas. Trigonometria; Planimetria; Altimetria–Principais aparelhos, cálculo de áreas, executor desenhos, utilização de GPS. Introdução ao Desenho; Importância da disciplina e construções na propriedade; Tipos de construções; Localização das construções; Desenho arquitetônico: planta baixa, corte e fachada; Convenções utilizadas na representação gráfica; Noções sobre materiais de construção; Quantidade de materiais por m ² e por m ³ ; Elaboração de orçamento; Memorial descritivo; Projetos: Aviários (corte e postura); Bovinos de leite; Bovinos de corte; Suínos; Ovinos; Cereais; Peixes; Máquinas e implementos. Topografia: Trigonometria; Indústrias rurais - Histórico e origem; Objetivos da industrialização; Segurança no Trabalho; Higiene; Processos de conservação de alimentos. Educação e trabalho; Produção animal; Criação de animais; Instalações zootécnicas; Cooperativismo; Sociologia e extensão rural; Sustentabilidade; Nutrição e saúde animal; Ferramentas de gestão. Arte e ciência de criar animais; Relação pecuária/agricultura; Domesticação das espécies; Origem; Fases da domesticação; Utilização dos animais domésticos; Funções zootécnicas; Classificação; Especialização; Aptidão; Evolução das espécies; Seleção natural e artificial; Mutação e hibridação; Grupos zootécnicos ou espécie taxonomia zootécnica; Raça; Variedade; Sub-raça; Família; Linhagem; Rebanho; Indivíduo; Genótipo; Fenótipo; Agrostologia/Fenação/Silagem; Principais raças de bovinos (corte, leite, mista). Criações: Avicultura Corte e Postura – Critérios técnico econômicos para definição da atividade avícola; Aparelho reprodutivo das aves. Manejo das diversas fases de criação; Alimentos e alimentação; Sanidade; Avicultura de postura; Mercado consumidor; Poedeiras, construções, instalações e equipamentos; Manejo da criação; Seleção e classificação dos avos; Piscicultura e Apicultura. Suinocultura – Histórico da suinocultura;
Referências
CAMPELLO, E.F.C, FRANCO, A.A. Estratégias de recuperação de áreas degradadas. In: Simpósio, 1., 2001, Governador Valadares. Sustentabilidade da produção de leite no leste mineiro: anais. Governador Valadares: Univale, 2001. p.119-133. WENDLING, I. J., de ALENCAR, C. A. B., AGUIAR, J. L. Uso racional de pastagens para produção animal. In: 2o Simpósio sobre Sustentabilidade da Produção de Leite e Corte da Região do Leste Mineiro. Ed.: MARTINS, C. E., et al. 2004, Governador Valadares: MG Anais... Governador Valadares: 2004. p. 117-146. O comportamento social dos animais DEAG, J. M. EDUSP 1980 Bem-estar animal na agricultura do século XXI. Maria José Hötzel & Luiz Carlos Pinheiro Machado Fº Revista de Etologia, v. 6, n.1, p. 03-15, 2004 Comportamento Animal CARTHY, J. D São Paulo EPU e USP 1989 Comportamento Animal YAMAMOTO, Maria Emília (Org.); VOLPATO, G. L. (Org.) 1. Ed Natal – RN Editora da UFRN 2007 Pastoreio racional Voisin: tecnologia agroecológica para o terceiro milênio PINHEIRO MACHADO, L.C Porto Alegre Cinco Continentes, 2004 Pastoreio racional voisin: Fundamentos, aplicações e projetos MELADO, J. Aprenda Fácil 2003 Adubos: novas leis científicas de sua aplicação VOISIN, Av. São Paulo Mestre Jou 1973 Manejo ecológico de pastagens em regiões tropicais e subtropicais. PRIMAVESI, A. M 2.ed São Paulo Nobel 1985 Manual de gramíneas e leguminosas para pastos tropicais MITIDIERI, J São Paulo Nobel 1982 Manual de nutrição de plantas forrageiras PRADO, R.M. Jaboticabal FUNEP 2008 BRASIL. Decreto Federal 90.922, de 6 de fevereiro de 1985 (com alterações do Decreto 4.560). Regulamenta a Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau. BRASIL. Lei Federal 5.524 de 5 de novembro de 1968. Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível Médio. BRASIL. Lei 13.639 de 26 de março de 2018. Cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas.

Área de concentração/disciplina/componente
Ciências Agroecológicas
Ementas/conteúdos programáticos
Planejar e organizar a produção de milho, sorgo e outras culturas anuais de interesse. Controlar a atividade produtiva de acordo com os riscos econômicos e climáticos de cada safra. Calcular os custos e receitas provenientes da produção das culturas. Noções de mercado agropecuário. Noções de economia rural. Preparo do solo para entressafra e semeadura. Manejo conservacionista do solo, plantio direto, plantio em nível. Uso de plantas de cobertura e rotação de culturas. Uso, recomendação e seleção de corretivos agrícolas. Uso, recomendação e seleção de fertilizantes orgânicos agrícolas. Manejo da adubação. Escolha da época adequada de semeadura para safra e safrinha. Formas de semeadura das culturas. Seleção e/ou produção de sementes, principalmente crioulas para semeadura. Seleção e/ou produção de fertilizantes orgânicos de acordo com os recursos locais. Seleção de fertilizantes naturais para combinação com fertilizantes minerais, como pó de rocha. Seleção de defensivos naturais para as culturas. História e origens da Agricultura; Revolução Verde; Agricultura e crise ambiental e social. Agriculturas de base ecológica. Princípios e conceitos da agroecologia; Multidimensões da sustentabilidade; Sistemas de produção agroecológicos. Agroecologia. Agricultura indígena e agricultura tradicional. Agricultura convencional ou moderna. Agricultura alternativa. Agricultura orgânica. Agricultura biodinâmica. Permacultura. Agricultura sustentável. Agrossilvicultura. Sistemas agroflorestais (SAFs). Histórico, conceitos e classificação de sistemas agroflorestais (SAFs).
Referências

ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002. 592p.
BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF.
BRASIL. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Aprova o regulamento da lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF.
BRASIL. Instrução Normativa nº 64, de 18 de dezembro de 2008. Aprovar o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF.
BRASIL. Instrução Normativa nº 18, de 28 de maio de 2009. Aprovar o regulamento técnico para o processamento, armazenamento e transporte de produtos orgânicos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF.
BRASIL. Instrução Normativa nº 19, de 28 de maio de 2009. Aprovar os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF. BRASIL. Instrução Normativa nº 46, de 06 de outubro de 2011. Estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção, bem como as listas de substâncias e práticas permitidas para uso nos Sistemas Orgânicos de Produção, na forma desta Instrução Normativa e de seus Anexos I a VIII. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF.
GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000. 653p. BRASIL. Decreto Federal 90.922, de 6 de fevereiro de 1985 (com alterações do Decreto 4.560). Regulamenta a Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau.
BRASIL. Lei Federal 5.524 de 5 de novembro de 1968. Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível Médio.
BRASIL. Lei 13.639 de 26 de março de 2018. Cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas.

Área de concentração/disciplina/componente
Ciências e Biologia
Ementas/conteúdos programáticos
Competências específicas da área de Ciências da Natureza e suas tecnologias, competências gerais, competências específicas da área do conhecimento, unidades temáticas, objetos de conhecimento, habilidades e conteúdo. Natureza da ciência. Biodiversidade e Universo. Matéria e energia. Vida e Evolução. Terra e Universo. Como fazemos e argumentamos com Ciência. Matéria, Energia e Ecossistemas. Formas de energia, suas transformações e sustentabilidade. Organização e conservação da Biodiversidade. Origem e evolução do Universo. Estrutura da Terra e universo. Fenômenos naturais e processos tecnológicos. Desafios contemporâneos dos estudantes e preservação da integridade física e socioambiental. Eixos estruturantes dos Itinerários Formativos. Currículo Base do Território Catarinense. Base Nacional Comum Curricular. Proposta Curricular de Santa Catarina. Ciências da Natureza na Educação Infantil e Anos Iniciais. Metodologia do Ensino de Ciências da Natureza.
Referências
SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: Formação Integral na Educação Básica. Florianópolis: SED, 2014 e SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio: Formação docente. Florianópolis: COGEN, 1998. Disponíveis em: http://www.sed.sc.gov.br/servicos/professores-e-gestores/16977-nova-proposta-curricular-de-sc-2014 ; SANTA CATARINA. Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense. Florianópolis: SED, 2019. Disponível: https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/30440-curriculo-base-da-educacao-infantil-e-do-ensino-fundamental-do-territorio-catarinense-3 SANTA CATARINA. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, 2020; CADERNOS 2 e 3 - Disponíveis em: https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/30899-novo-ensino-medio

Área de concentração/disciplina/componente
Ciências da Natureza e suas Tecnologias
Ementas/conteúdos programáticos
Competências específicas da área de Ciências da Natureza e suas tecnologias, competências gerais, competências específicas da área do conhecimento, objetos de conhecimento, habilidades e conteúdo. Natureza da ciência. Biodiversidade e Universo. Matéria e energia. Como fazemos e argumentamos com Ciência. Matéria, Energia e Ecossistemas. Formas de energia, suas transformações e sustentabilidade. Organização e conservação da Biodiversidade. Origem e evolução do Universo. Estrutura da Terra e universo. Fenômenos naturais e processos tecnológicos. Desafios contemporâneos dos estudantes e preservação da integridade física e socioambiental. Eixos estruturantes dos Itinerários Formativos. Currículo Base do Território Catarinense. Base Nacional Comum Curricular. Proposta Curricular de Santa Catarina.
Referências
SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: Formação Integral na Educação Básica. Florianópolis: SED, 2014 e SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio: Formação docente. Florianópolis: COGEN, 1998. Disponíveis em: http://www.sed.sc.gov.br/servicos/professores-e-gestores/16977-nova-proposta-curricular-de-sc-2014 ; SANTA CATARINA. Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense. Florianópolis: SED, 2019. Disponível em: https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/30440-curriculo-base-da-educacao-infantil-e-do-ensino-fundamental-do-territorio-catarinense-3 SANTA CATARINA. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, 2020; CADERNOS 2 e 3 e SANTA CATARINA. Portfólio de Componentes Curriculares Eletivos - NOVO ENSINO MÉDIO - Disponíveis em: https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/30899-novo-ensino-medio

Área de concentração/disciplina/componente
Controle e Processos Industriais
Habilitação
Habilitado - Diploma e Histórico Escolar de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Materiais, Tecnologia em Mecatrônica, Tecnologia em Automação, Engenharia de Produção Mecânica, Tecnologia em Mecânica, Engenharia de Manutenção Industrial ou Engenharia Mecatrônica) + Complementação Pedagógica em Educação Profissional e Tecnológica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Materiais, Tecnologia em Mecatrônica, Tecnologia em Automação, Engenharia de Produção Mecânica, Tecnologia em Mecânica, Engenharia de Manutenção Industrial ou Engenharia Mecatrônica) + Complementação Pedagógica em Educação Básica; Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior (Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Materiais, Tecnologia em Mecatrônica, Tecnologia em Automação, Engenharia de Produção Mecânica, Tecnologia em Mecânica, Engenharia de Manutenção Industrial ou Engenharia Mecatrônica) + Pós-graduação / Especialização em Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT).
Ementas/conteúdos programáticos
Tecnologias de apoio à infraestrutura e aos processos mecânicos, elétricos e eletroeletrônicos envolvidos na manutenção de máquinas navais, industriais ou de locomoção, na transformação metalmeccânica de partes de máquinas, equipamentos, veículos, materiais de transporte, e na automatização de mecanismos, medições e correções em processos produtivos. Perfil Profissional de Conclusão, Atribuições e funções do técnico em mecânica, do técnico em mecânica de precisão, do técnico em eletrônica, do técnico em eletroeletrônica, do técnico em automação industrial, do técnico em eletromecânica, do técnico em eletrotécnica e do técnico em fabricação mecânica. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense - Caderno 1 - Disposições Gerais. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense - Caderno 5: Trilhas de Aprofundamento da Educação Profissional e Tecnológica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica - RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021. Resolução CEE/SC Nº 001/2022 - Estabelece Normas Complementares e Operacionais às Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio para o Sistema Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina.

Área de concentração/disciplina/componente
Coordenador de Unidade Descentralizada
Ementas/conteúdos programáticos
Gestão escolar democrática. Competências gerais e específicas do CBTC. Temas contemporâneos transversais: meio ambiente, economia, saúde, cidadania e civismo, multiculturalismo, ciência e tecnologia. Competências Socioemocionais. História e cultura local. Resolução de conflitos. Planejamento e autogestão. Autonomia e protagonismo estudantil/juvenil. As identidades que configuram o processo educativo (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos); Práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas).
Referências
SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: Formação Integral na Educação Básica. Florianópolis: SED, 2014 e SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio: Formação docente. Florianópolis: COGEN, 1998. Disponíveis em: http://www.sed.sc.gov.br/servicos/professores-e-gestores/16977-nova-proposta-curricular-de-sc-2014 ; SANTA CATARINA. Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense. Florianópolis: SED, 2019. Disponível: https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/30440-curriculo-base-da-educacao-infantil-e-do-ensino-fundamental-do-territorio-catarinense-3 SANTA CATARINA. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, 2020; CADERNOS 2 e 3 - Disponíveis em: https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/30899-novo-ensino-medio

Área de concentração/disciplina/componente
Dança (Dança Clássica e Dança Contemporânea) – IEE
Ementas/conteúdos programáticos
História da Dança; Fundamentos técnicos da dança, incluindo a clássica e o jazz dance; Construção artística e coreográfica utilizando os conhecimentos práticos adquiridos. Projeto Político Pedagógico.
Referências
SANTA CATARINA. Projeto Político Pedagógico do Instituto Estadual de Educação. Atualizado até 20.07.2018. Item: 8.3 STUDIO DE DANÇA SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio: disciplinas curriculares. Florianópolis: COGEN, 1998; - CALAZANS, J.; CASTILHO, J.; GOMES, S (Coord.). Dança e Educação em Movimento. Cortez Editora. HAAS, A. N.; GARCIA, A. Expressão Corporal: aspectos gerais. EDIPUCRS. MODINGER, C. R. et al. Artes Visuais, Dança, Música e Teatro: práticas pedagógicas e colaborações docentes. Edelbra. OSSONA, P. A Educação pela Dança. Summus Editorial. PERRENOUD, P. Dez Novas Competências para Ensinar. Artmed. SEKEFF, M. L. Da Música, Seus Usos e Recursos. Editora Unesp. SUKIENNIK, P. B (Org.). O Aluno Problema: transtornos emocionais de crianças e adolescentes. Mercado Aberto. VASCONCELOS, C. S. Avaliação da Aprendizagem: práticas de mudança por uma práxis transformadora. Libertad. VIANNA, K. A Dança. Summus. - ZABALA, A. A Prática Educativa: como ensinar. Artmed.

Área de concentração/disciplina/componente
Direito
Ementas/conteúdos programáticos
<p>Conceito de Direito. Conceito de Lei. Formação histórica do Direito do Trabalho. Direitos Humanos e questões Étnico-Raciais. Definição e função do Direito do Trabalho. O Direito do Trabalho no Ordenamento Jurídico. Princípios. Direito individual do trabalho. Relação de emprego. Contrato de trabalho. O empregado. O empregador. Admissão. Efeitos do contrato de trabalho. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense - Caderno 1 - Disposições Gerais. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense - Caderno 5: Trilhas de Aprofundamento da Educação Profissional e Tecnológica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica - RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021. Resolução CEE/SC Nº 001/2022 - Estabelece Normas Complementares e Operacionais às Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio para o Sistema Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina.</p>

Área de concentração/disciplina/componente
Educação Especial
Ementas/conteúdos programáticos
<p>Educação Inclusiva e Especial. Áreas da educação especial e suas especificidades: deficiência auditiva, deficiência física, deficiência mental, deficiência visual, deficiência múltipla e surdocegueira; condutas típicas (transtorno do espectro autista e transtorno de déficit de atenção por hiperatividade) e altas habilidades. Metodologia do atendimento. Processo de construção sociocultural das necessidades educacionais especiais; Base Nacional Comum Curricular – BNCC da Educação Infantil e Ensino Fundamental.</p>
Referências
<p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular – BNCC da Educação Infantil e Ensino Fundamental. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase</p> <p>BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 5/2009. Fixa as DCNS para a Educação Infantil. Disponível: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3749-resolucao-dcnei-dez-2009&category_slug=fevereiro-2010-pdf&Itemid=30192</p> <p>BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 7/2010. Fixa as DCNS para o Ensino Fundamental de 9 anos. Disponível: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf</p> <p>SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio: formação docente. Florianópolis: COGEN, 1998, p.12-14. Disponível em: http://www.sed.sc.gov.br/documentos/ensino-89/proposta-curricular-156/1998-158/formacao-docente-233</p> <p>SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio: temas multidisciplinares. Florianópolis: COGEN, 1998, p.62-68. Disponível em: https://www.sed.sc.gov.br/documentos/ensino-89/proposta-curricular-156/1998-158/temas-multidisciplinares-231</p> <p>SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: estudos temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005, p. 51-90. Disponível em: https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/16977-nova-proposta-curricular-de-sc-2014 :</p>

Área de concentração/disciplina/componente
Educação Física
Ementas/conteúdos programáticos
<p>Cultura Corporal de Movimentos, Ludicidade e Criatividade. Competências específicas da área DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS, competências específicas do componente, unidades temáticas, objetos de conhecimento, habilidade e conteúdo. Educação do corpo e do movimento humano; Tematizar as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e de significação social e cultural. Unidades Temáticas: Brincadeiras e Jogos, Esportes, Ginásticas, Danças, Lutas e Práticas Corporais de Aventura.</p>
Referências
<p>SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: Formação Integral na Educação Básica. Florianópolis: SED, 2014 e SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio: Formação docente. Florianópolis: COGEN, 1998. Disponíveis em: http://www.sed.sc.gov.br/servicos/professores-e-gestores/16977-nova-proposta-curricular-de-sc-2014 ;</p> <p>SANTA CATARINA. Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense. Florianópolis: SED, 2019. Disponível em: https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/30440-curriculo-base-da-educacao-infantil-e-do-ensino-fundamental-do-territorio-catarinense-3 ;</p> <p>SANTA CATARINA. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, 2020; CADERNOS 2 e 3 - Disponíveis em: https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/30899-novo-ensino-medio</p>

Área de concentração/disciplina/componente
Enfermagem
Ementas/conteúdos programáticos
<p>CONHECIMENTO ESPECÍFICOS: Questões sociais, políticas e culturais que envolvem o cuidado humano em saúde; História da enfermagem no Brasil e no mundo; Fundamentos éticos e legais em enfermagem. Papel do técnico em enfermagem. Anatomia humana. Perfil Profissional de Conclusão, Atribuições e funções do técnico em enfermagem. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica - RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021. Resolução CEE/SC Nº 001/2022 - Estabelece Normas Complementares e Operacionais às Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio para o Sistema Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina.</p>

Área de concentração/disciplina/componente
Ensino Religioso
Ementas/conteúdos programáticos
Competências específicas da área, unidades temáticas, objetos de conhecimento e objetivos de aprendizagem. Fundamentos teórico-metodológicos do Ensino Religioso. Identidades, diversidades e alteridades; Manifestações religiosas; Crenças religiosas e filosofias de vida; Fenômenos religiosos, diversidade cultural e religiosa e direitos humanos. Fundamentos do diálogo inter-religioso e intercultural. Legislação específica. Aspectos históricos do ensino religioso no Brasil e em Santa Catarina. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Currículo Base do Território Catarinense (CBTC).
Referências
SANTA CATARINA. Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense. Florianópolis: SED, 2019. Disponível em: https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/30440-curriculo-base-da-educacao-infantil-e-do-ensino-fundamental-do-territorio-catarinense-3
SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: Formação Integral na Educação Básica. Florianópolis: SED, 2014. Disponível em: http://www.sed.sc.gov.br/servicos/professores-e-gestores/16977-nova-proposta-curricular-de-sc-2014

Área de concentração/disciplina/componente
Filosofia
Ementas/conteúdos programáticos
Concepções metodológicas do Ensino de Filosofia; Filosofia da Educação. Competências e Habilidades Específicas da Área e do Componente Curricular; Unidades Temáticas e Objetos do Conhecimento; Conceitos Estruturantes específicos da Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Concepções Metodológicas de Pesquisa em Filosofia. Concepção de homem ou problema antropológico; concepção de sociedade ou problema éticopolítico; ética, epistemologia, filosofia da ciência, estética, política, moral, legalidade e legitimidade, liberdade, igualdade, justiça, linguagem e lógica. Currículo Base do Território Catarinense.
Referências
SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: Formação Integral na Educação Básica. Florianópolis: SED, 2014 e SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio: Formação docente. Florianópolis: COGEN, 1998. Disponíveis em: http://www.sed.sc.gov.br/servicos/professores-e-gestores/16977-nova-proposta-curricular-de-sc-2014 ;
SANTA CATARINA. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, 2020; CADERNOS 2 e 3 - Disponíveis em: https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/30899-novo-ensino-medio

Área de concentração/disciplina/componente
Física
Ementas/conteúdos programáticos
Competências específicas da área de Ciências da Natureza e suas tecnologias, competências gerais, competências específicas da área do conhecimento, objetos de conhecimento, habilidades e conteúdo. Natureza da ciência. Biodiversidade e Universo. Matéria e energia. Como fazemos e argumentamos com Ciência. Matéria, Energia e Ecossistemas. Formas de energia, suas transformações e sustentabilidade. Organização e conservação da Biodiversidade. Origem e evolução do Universo. Estrutura da Terra e universo. Fenômenos naturais e processos tecnológicos. Desafios contemporâneos dos estudantes e preservação da integridade física e socioambiental. Eixos estruturantes dos Itinerários Formativos. Currículo Base do Território Catarinense. Base Nacional Comum Curricular. Proposta Curricular de Santa Catarina.
Referências
SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: Formação Integral na Educação Básica. Florianópolis: SED, 2014 e SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio: Formação docente. Florianópolis: COGEN, 1998. Disponíveis em: http://www.sed.sc.gov.br/servicos/professores-e-gestores/16977-nova-proposta-curricular-de-sc-2014 ;
SANTA CATARINA. Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense. Florianópolis: SED, 2019. Disponível: https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/30440-curriculo-base-da-educacao-infantil-e-do-ensino-fundamental-do-territorio-catarinense-3
SANTA CATARINA. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, 2020; CADERNOS 2 e 3 - Disponíveis em: https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/30899-novo-ensino-medio

Área de concentração/disciplina/componente
Geografia
Ementas/conteúdos programáticos
Concepções Metodológicas do Ensino da Geografia; Base Nacional Comum Curricular; Proposta Curricular de Santa Catarina; Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense; Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense; Competências e Habilidades específicas da Área e do Componente Curricular: Unidades temáticas e Objetos de Conhecimento; Concepções Metodológicas de Pesquisa em Geografia; Cartografia: história, projeções, tipos de mapas e elementos cartográficos. Pensamento espacial; Linguagem cartográfica e iconográfica; Geotecnologias; Instrumentos de orientação no espaço geográfico: coordenadas geográficas (paralelos, meridianos, latitude e longitude), Rosa dos ventos, bússola, tecnologias digitais; Fusos horários; Categorias geográficas: Paisagem; lugar, Região, Espaço geográfico e Território; Redes geográficas. Território catarinense (Santa Catarina como lugar no/do mundo). Campo e cidade; Geopolítica; Formação do Planeta Terra: Biosfera; Relevo continental e marítimo; dinâmica de formação, construção e desconstrução pelos agentes internos e externos; redes e bacias hidrográficas; conceito de tempo e clima; Elementos da natureza nas paisagens terrestres: distribuição do clima, formações vegetais e relevo. A utilização dos elementos naturais: solo e água na agricultura e sua relação com o clima; Produção orgânica, utilização de agrotóxicos e seus impactos para a biodiversidade e saúde humana; Recursos minerais e energéticos, produção e consumo humano. Dinâmicas naturais, atividades humanas e impactos ambientais. Sustentabilidade: ambiente, saúde e cidadania. Dinâmica do clima e hidrografia em Santa Catarina: enchentes e deslizamentos.
Referências
SANTA CATARINA. Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense. Florianópolis: SED, 2019

Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/30440-curriculo-base-da-educacao-infantil-e-do-ensino-fundamental-do-territorio-catarinense-3>
SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: Formação Integral na Educação Básica. Florianópolis: SED, 2014 e SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio: Formação docente. Florianópolis: COGEN, 1998. Disponíveis em: <http://www.sed.sc.gov.br/servicos/professores-e-gestores/16977-nova-proposta-curricular-de-sc-2014> ;
SANTA CATARINA. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, 2020; CADERNOS 2 e 3 - Disponíveis em: <https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/30899-novo-ensino-medio>

Área de concentração/disciplina/componente
Gestão e Negócios
Ementas/conteúdos programáticos
<p>Tecnologias de suporte e de melhoria da organização da produção e do trabalho de empreendimentos nas rotinas administrativas de comercialização, controle contábil, gestão da qualidade, gestão de pessoas, gestão financeira, logística e marketing.</p> <p>Perfil Profissional de Conclusão, Atribuições e funções do técnico em administração, do técnico em qualidade, do técnico em comércio, do técnico em comércio exterior, do técnico em marketing, do técnico em contabilidade, do técnico em recursos humanos, do técnico em logística, do técnico em transações imobiliárias e do técnico em vendas.</p> <p>Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense - Caderno 1 - Disposições Gerais.</p> <p>Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense - Caderno 5: Trilhas de Aprofundamento da Educação Profissional e Tecnológica.</p> <p>Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica - RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021.</p> <p>Resolução CEE/SC Nº 001/2022 - Estabelece Normas Complementares e Operacionais às Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio para o Sistema Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina.</p>

Área de concentração/disciplina/componente
Ginástica Rítmica e Ginástica Artística - IEE
Ementas/conteúdos programáticos
<p>Estudo dos fundamentos histórico-culturais, pedagógicos e técnicos das diferentes modalidades de Ginástica (artística, rítmica e geral). O entendimento da ginástica no contexto da educação física e do esporte. Projeto Político Pedagógico. Proposta Curricular. Dificuldades de Aprendizagem. Mediação da Aprendizagem. Prática Educativa. Avaliação da Aprendizagem. Prática Educativa. Atividades esportivas. Competições a nível municipal, estadual, nacional e internacional. Jogos catarinenses.</p>
Referências
<p>Projeto Político Pedagógico do Instituto Estadual de Educação - Item: 8.9. ESPORTE ESCOLAR. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1mXuv9LVdN08a9dfOkjO5h3f8oAtbsfsc/view</p> <p>ARAÚJO, C. Manual de ajudas em Ginástica. Editora da ULBRA. Canoas, Brasil, 2003</p> <p>BROCHADO, F. A. BROCHADO, M. M. Educação Física no Ensino Superior. Fundamento da Ginástica Artística e de Trampolim. Editora Guanabara, 2005</p> <p>GALLAHUE, David L; DONNELLY, Frances Cleland. Educação física desenvolvimentista para todas as crianças. 4. ed. São Paulo: Phorte, 2008.</p> <p>LAFFRANCHI, B. Treinamento Desportivo Aplicado à Ginástica Rítmica. Londrina, Paraná: UNOPAR, 2001.</p> <p>NUNOMURA, M.; MITA-PICOLE, V.L. (orgs). Compreendendo a Ginástica Artística. São Paulo: Editora Phorte, 2004.</p> <p>PUBLIO, Nestor Soares. Evolução histórica da ginástica olímpica. Guarulhos, SP: Phorte, 1998.</p>

Área de concentração/disciplina/componente
História
Ementas/conteúdos programáticos
<p>Concepções Metodológicas do Ensino de História; Base Nacional Comum Curricular; Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense; Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense; Proposta Curricular de Santa Catarina; Competências e Habilidades Específicas da Área e do Componente Curricular; Categorias, Unidades Temáticas e Objetos do Conhecimento; Concepções Metodológicas de Pesquisa em História; Conhecimentos essenciais: períodos e processos históricos; Abordagens históricas dos conceitos de: Sujeitos Históricos e Interseccionalidades, Temporalidades, Memória, Relações de Poder; Gênero, Etnia e Etnicidade; Etarismo; Patrimônio Histórico e Cultural; Identidades; Diversidades; Diversidade Cultural e Multiculturalidade; Colonialismo, Etnocentrismo e Decolonialidade; Conexões entre sociedades africanas, americanas e europeias; Velho Mundo, Modernidade e Mundo Contemporâneo; Totalitarismos e conflitos mundiais; História latino-americana; História do Brasil; História de Santa Catarina. Educação e Diversidade; Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História Afro-brasileira e Africana (Lei n 10.639/2003); História e Cultura Indígena e Afro-brasileira (Lei 11.645/2008).</p>
Referências
<p>SANTA CATARINA. Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense. Florianópolis: SED, 2019 Disponível em: https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/30440-curriculo-base-da-educacao-infantil-e-do-ensino-fundamental-do-territorio-catarinense-3</p> <p>SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: Formação Integral na Educação Básica. Florianópolis: SED, 2014 e SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio: Formação docente. Florianópolis: COGEN, 1998. Disponíveis em: http://www.sed.sc.gov.br/servicos/professores-e-gestores/16977-nova-proposta-curricular-de-sc-2014 ;</p> <p>SANTA CATARINA. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, 2020; CADERNOS 1 e 2 - Disponíveis em: https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/30899-novo-ensino-medio</p>

Área de concentração/disciplina/componente
Informação e Comunicação
Ementas/conteúdos programáticos
<p>Tecnologias empregadas em infraestruturas, protocolos destinados ao processamento e administração de dados e informações, projetos gráficos para aplicações computacionais e para comutação, transmissão e recepção de dados.</p> <p>Perfil Profissional de Conclusão, Atribuições e funções do técnico em informática, do técnico em informática para internet, do técnico em ciência de dados, do técnico em manutenção e suporte em informática e do técnico em desenvolvimento de sistemas.</p> <p>Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense - Caderno 1 - Disposições Gerais.</p> <p>Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense - Caderno 5: Trilhas de Aprofundamento da Educação Profissional e Tecnológica.</p> <p>Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica - RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021.</p> <p>Resolução CEE/SC Nº 001/2022 - Estabelece Normas Complementares e Operacionais às Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio para o Sistema Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina.</p>

Área de concentração/disciplina/componente
Infraestrutura
Ementas/conteúdos programáticos
<p>Tecnologias empregadas em projetos de construção de obras civis, topografia, geotécnica, hidráulica, recursos hídricos, saneamento, transporte de pessoas e bens, controle de trânsito e tráfego.</p> <p>Perfil Profissional de Conclusão, Atribuições e funções do técnico em edificações, do técnico em Portos e do técnico em Saneamento.</p> <p>Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense - Caderno 1 - Disposições Gerais.</p> <p>Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense - Caderno 5: Trilhas de Aprofundamento da Educação Profissional e Tecnológica.</p> <p>Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica - RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021.</p> <p>Resolução CEE/SC Nº 001/2022 - Estabelece Normas Complementares e Operacionais às Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio para o Sistema Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina.</p>

Área de concentração/disciplina/componente
Intérprete da Libras
Ementas/conteúdos programáticos
<p>Adequações Curriculares na área da deficiência auditiva; Cultura e identidade surda; O processo de elaboração conceitual. Abordagem Bilingue na escolarização de pessoas com surdez; Modelos de tradução e interpretação; Contraste entre a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa. Aquisição de L1 (LIBRAS) por crianças surdas Língua Portuguesa como segunda língua. Uso do Sistema de FM na Escolarização de Estudantes com Deficiência Auditiva. Atribuições do Professor na área da Deficiência Auditiva – de acordo com o Caderno das Diretrizes do AEE.</p>
Referências
<p>Santa Catarina. Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE). Diretrizes para o atendimento educacional especializado (AEE) na rede regular de ensino de Santa Catarina [livro eletrônico] / Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE). - São José/SC: FCEE, 2021.</p> <p>Aquisição de L1 (LIBRAS) por crianças surdas http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/aquisicaoDeLinguaDeSinais/assets/748/Texto_Base_Aquisi_o_de_Linguas_de_sinais.pdf</p> <p>Aprendizagem da LIBRAS http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol13/artigo3vol13-2.pdf</p> <p>Decreto 7.611/2011; Lei 12.764/2012;</p> <p>Aprendizagem da LIBRAS http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol13/artigo3vol13-2.pdf</p> <p>Intérpretes Educacionais de Libras – orientações para a prática profissional https://pt.scribd.com/doc/274140899/Interprete-Educacionais-de-Libras-Orientacoes-Para-Pratica-Profissional</p> <p>Cultura e identidade surda http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a13v2691.pdf</p> <p>http://www.ufff.br/graduacaoocienciasociais/files/2010/11/Cultura-Comunidade-e-Identidade-Surda-Paula-Guedes-Bigogno.pdf</p> <p>Educação bilingue http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022013000100004</p> <p>Português como segunda língua http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lp_vol2.pdf http://www.ileel.ufu.br/anaisdosiel/wp-content/uploads/2014/11/824.pdf</p> <p>Resolução nº 100/2016/CEE. Estabelece normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina. Disponível em: http://www.cee.sc.gov.br/index.php/legislacao-downloads/educacao-basica/outras-modalidades-de-ensino/educacao-basica/educacao-basica-ensino-especial-resolucoes/1359-resolucao-2016-100-cee-sc</p> <p>SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Política de Educação Especial. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação. 2018.</p>

Área de concentração/disciplina/componente
Judô – IEE.
Ementas/conteúdos programáticos
<p>Estudo dos fundamentos técnicos e táticos do Judô, suas exigências motoras, formas de aplicação e desenvolvimento, assim como sua aplicação no processo formativo de crianças, adolescentes e jovens. Planejamento, organização e execução de programas de ensino das modalidades no Ensino Fundamental e Médio. Projeto Político Pedagógico. Proposta Curricular. Dificuldades de Aprendizagem. Mediação da Aprendizagem. Prática Educativa. Avaliação da Aprendizagem. Prática Educativa. Atividades esportivas. Competições a nível municipal, estadual, nacional e internacional. Jogos catarinenses.</p>
Referências
<p>Projeto Político Pedagógico do Instituto Estadual de Educação - Item: 8.9. ESPORTE ESCOLAR. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1mXuv9LVDn08a9dfOkjO5h3f8oAtbsfsc/view</p>

[KANO, Jigoro. Judo kodokan. Cultrix, 2009.](#)
[UEMURA, Haruki. As Instruções Básicas do Judô. 2012.](#)
[Federação Catarinense de Judô https://www.judosc.org.br/historia.php](https://www.judosc.org.br/historia.php)
[Confederação Brasileira de Judô https://cbj.com.br/](https://cbj.com.br/)
[Biblioteca Confederação Brasileira de Judô https://cbj.com.br/biblioteca/](https://cbj.com.br/biblioteca/)

Área de concentração/disciplina/componente
Língua Estrangeira Alemão
Ementas/conteúdos programáticos
Competências específicas da área de Linguagens e suas tecnologias. Concepções metodológicas referentes ao processo de ensino e aprendizagem da Língua Alemã. Compreensão escrita em Língua Alemã. Compreensão e interpretação de textos. Conhecimento do vocabulário, da literatura, aspectos culturais e expressões idiomáticas. Elementos de linguagem: fonéticos- fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos. Currículo Base do Território Catarinense. Base Nacional Comum Curricular. Proposta Curricular de Santa Catarina.

Área de concentração/disciplina/componente
Língua Estrangeira Espanhol
Ementas/conteúdos programáticos
Competências específicas da área de Linguagens e suas tecnologias. Concepções metodológicas referentes ao processo de ensino e aprendizagem da Língua Espanhola. Compreensão escrita em Língua Espanhola. Compreensão e interpretação de textos; Conhecimento do vocabulário, da literatura, aspectos culturais e expressões idiomáticas. Elementos de linguagem: fonéticos- fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos. Currículo Base do Território Catarinense. Base Nacional Comum Curricular. Proposta Curricular de Santa Catarina.

Área de concentração/disciplina/componente
Língua Estrangeira Francês
Ementas/conteúdos programáticos
Competências específicas da área de Linguagens e suas tecnologias. Concepções metodológicas referentes ao processo de ensino e aprendizagem da Língua Francesa. Compreensão escrita em Língua Francesa. Compreensão e interpretação de textos; Conhecimento do vocabulário, da literatura, aspectos culturais e expressões idiomáticas. Elementos de linguagem: fonéticos- fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos. Currículo Base do Território Catarinense. Base Nacional Comum Curricular. Proposta Curricular de Santa Catarina.

Área de concentração/disciplina/componente
Língua Estrangeira Inglês
Ementas/conteúdos programáticos
Competências específicas da área de Linguagens e suas tecnologias. Concepções metodológicas referentes ao processo de ensino e aprendizagem da Língua Inglesa. Compreensão escrita em Língua Inglesa. Compreensão e interpretação de Textos. Conhecimento do vocabulário, da literatura, aspectos culturais e expressões idiomáticas. Elementos de linguagem: fonéticos- fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos. Ensino de Língua Inglesa como língua franca. Currículo Base do Território Catarinense. Base Nacional Comum Curricular. Proposta Curricular de Santa Catarina.
Referências
SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: Formação Integral na Educação Básica. Florianópolis: SED, 2014 e SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio: Formação docente. Florianópolis: COGEN, 1998. Disponíveis em: http://www.sed.sc.gov.br/servicos/professores-e-gestores/16977-nova-proposta-curricular-de-sc-2014 ; SANTA CATARINA. Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense. Florianópolis: SED, 2019. Disponível em: https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/30440-curriculo-base-da-educacao-infantil-e-do-ensino-fundamental-do-territorio-catarinense-3 ; SANTA CATARINA. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, 2020; CADERNOS 2 e 3 - Disponíveis em: https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/30899-novo-ensino-medio

Área de concentração/disciplina/componente
Língua Estrangeira Italiano
Ementas/conteúdos programáticos
Competências específicas da área de Linguagens e suas tecnologias. Concepções metodológicas referentes ao processo de ensino e aprendizagem da Língua Italiana. Compreensão oral e escrita em Língua Italiana. Compreensão e interpretação de textos. Conhecimento do vocabulário, da literatura, aspectos culturais e expressões idiomáticas. Elementos de linguagem: fonéticos- fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos. Currículo Base do Território Catarinense. Base Nacional Comum Curricular. Proposta Curricular de Santa Catarina.

Área de concentração/disciplina/componente
Linguagem - Língua Portuguesa e Literatura
Ementas/conteúdos programáticos
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa. Literatura. Texto e discurso. Dialogismo, intertextualidade, interdiscursividade e gêneros textuais. Semântica textual: conteúdo e forma/estruturação frasal e textual. Morfossintaxe da Língua Portuguesa. Coesão/coerência e elementos gramaticais. Uso sobre as modalidades oral e escrita da língua; Análise e produção de textos; Diversidade linguística; Variação linguística; Leituras literárias. Práticas de linguagem: Leitura, Produção de Textos, Oralidade e Análise Linguística/Semiótica. Fenômeno da constituição de variedades linguísticas de prestígio e estigmatizadas. Estratégias de leitura. Gêneros textuais do campo artístico-literário. Gêneros textuais do campo jornalístico-midiático. Campos de atuação da Língua Portuguesa. Práticas de

multiletramentos na contemporaneidade. - Escrita como prática social. Figuras de Linguagem. Modalidades padrão, culta e coloquial das línguas na formulação de textos em diferentes gêneros do discurso. Recursos linguísticos que constituem as sentenças na tessitura textual. Informações explícitas, informações implícitas, reflexão e avaliação sobre o conteúdo lido. Categorias nominais, verbais, processos de nominalização e predição, alternância entre os tempos e modos verbais, pronominalizações, dentre outros tantos recursos. Recursos linguísticos, considerando contextos de produção, circulação e recepção de texto. Gêneros dos novos letramentos e dos multiletramentos. Análise de recursos linguísticos e semióticos e de como concorrem para efeitos de sentidos: efeitos de objetividade, simplicidade, imparcialidade etc. Competências específicas da área de Linguagens e suas tecnologias, competências específicas do componente, objetos de conhecimento, habilidades e conteúdo. Fonética e fonologia. Ortografia. Currículo Base do Território Catarinense. Base Nacional Comum Curricular. Proposta Curricular de Santa Catarina.

Área de concentração/disciplina/componente
Matemática
Ementas/conteúdos programáticos
Pensamento Lógico-Matemático. Metodologia do Ensino de Matemática. Competências habilidades específicas da área para o EF e EM e seus respectivos objetos de conhecimento. Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Razão e proporção; Operações com expressões algébricas, polinômios; Equações e Inequações; Relações métricas e trigonométricas no triângulo retângulo; Relações e Funções: domínio, imagem, função afim, função quadrática, função exponencial, função logarítmica, funções trigonométricas; Progressão Aritmética (PA) e Progressão Geométrica (PG); Geometria plana e espacial: conceitos primitivos, representação geométrica no plano, polígonos e sólidos geométricos; Geometria Analítica: ponto, reta, plano e cônicas; Matrizes e Sistemas lineares; Juros simples e juros composto; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Estatística: medidas de centralidade e desvio padrão, Interpretação e construção de tabelas e gráficos estatísticos usando planilhas eletrônicas; Análise combinatória: princípio fundamental da contagem, permutação, arranjo simples e combinação; Noções de probabilidade.
Referências
SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: Formação Integral na Educação Básica. Florianópolis: SED, 2014 e SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio: Formação docente. Florianópolis: COGEN, 1998. Disponíveis em: http://www.sed.sc.gov.br/servicos/professores-e-gestores/16977-nova-proposta-curricular-de-sc-2014 ; SANTA CATARINA. Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense. Florianópolis: SED, 2019. Disponível em: https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/30440-curriculo-base-da-educacao-infantil-e-do-ensino-fundamental-do-territorio-catarinense-3 ; SANTA CATARINA. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, 2020; CADERNOS 2 e 3 e SANTA CATARINA. PORTFÓLIO DE COMPONENTES CURRICULARES ELETIVOS - NOVO ENSINO MÉDIO - Disponíveis em: https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/30899-novo-ensino-medio

Área de concentração/disciplina/componente
Modalidades Coletivas (Basquetebol, Futsal, Handebol, Voleibol) – IEE
Ementas/conteúdos programáticos
FUTSAL -Estudo dos fundamentos técnicos e táticos do futsal, suas exigências motoras, formas de aplicação e desenvolvimento, assim como sua aplicação no processo formativo de crianças, adolescentes e jovens. Planejamento, organização e execução de programas de ensino do das modalidades no Ensino Fundamental e Médio. Projeto Político Pedagógico. Proposta Curricular. Dificuldades de Aprendizagem. Mediação da Aprendizagem. Prática Educativa. Avaliação da Aprendizagem. Prática Educativa. Atividades esportivas. Competições a nível municipal, estadual, nacional e internacional. Jogos catarinenses. BASQUETE - Estudo dos fundamentos técnicos e táticos do basquetebol, suas exigências motoras, formas de aplicação e desenvolvimento, assim como sua aplicação no processo formativo de crianças, adolescentes e jovens. Planejamento, organização e execução de programas de ensino do das modalidades no Ensino Fundamental e Médio. Esporte. Treinamento. Proposta Curricular. Dificuldades de Aprendizagem. Mediação da Aprendizagem. Avaliação da Aprendizagem. Prática Educativa, Atividades esportivas, Competições a nível municipal, estadual, nacional e internacional. Jogos catarinenses. HANDEBOL - Estudo dos fundamentos técnicos e táticos do Handebol, suas exigências motoras, formas de aplicação e desenvolvimento, assim como sua aplicação no processo formativo de crianças, adolescentes e jovens. Planejamento, organização e execução de programas de ensino do das modalidades no Ensino Fundamental e Médio. Projeto Político Pedagógico. Proposta Curricular. Dificuldades de Aprendizagem. Mediação da Aprendizagem. Prática Educativa. Avaliação da Aprendizagem. Prática Educativa. Atividades esportivas. Competições a nível municipal, estadual, nacional e internacional. Jogos catarinenses. VOLEIBOL - Estudo dos fundamentos técnicos e táticos do Voleibol, suas exigências motoras, formas de aplicação e desenvolvimento, assim como sua aplicação no processo formativo de crianças, adolescentes e jovens. Planejamento, organização e execução de programas de ensino do das modalidades no Ensino Fundamental e Médio. Projeto Político Pedagógico. Proposta Curricular. Dificuldades de Aprendizagem. Mediação da Aprendizagem. Prática Educativa. Avaliação da Aprendizagem. Prática Educativa. Atividades esportivas. Competições a nível municipal, estadual e internacional. Jogos catarinenses.
Referências
Projeto Político Pedagógico do Instituto Estadual de Educação - Item: 8.9. ESPORTE ESCOLAR. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1mXuv9LVDn08a9dfOkjO5h3f8oAtbsfsc/view SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio: disciplinas curriculares. Florianópolis: COGEN, 1998 GRAÇA, A; OLIVEIRA, J.O ensino dos jogos desportivos. Porto: FCDEF-UP, 1995. MARINHO, I. P. Sistemas e métodos de Educação Física. São Paulo: Brasil. GIACAGLIA, M.C. Organização de Eventos: teoria e prática. São Paulo: Cengage Learning, 2003. MATIAS, M. Organização de eventos: procedimentos e técnicas. 5° Ed. Barueri: Manóel, 2010. POIT, D.R. Organização de Eventos Esportivos. 3° Ed. São Paulo: Phorte, 2004.

Área de concentração/disciplina/componente
Orientador de Convivência
Ementas/conteúdos programáticos
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Política Nacional de Educação. Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (PEE/SC) 2015/2024. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Docência como Projeto de Vida. Interdisciplinaridade. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. Projeto Político e Pedagógico: tendências e finalidades. Planejamento e avaliação. A importância da observação e do registro no processo avaliativo. Gestão Escolar. Didática e metodologias nos componentes de Educação Física e Pedagogia. Linguagens: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação. Educação e Diversidade. Currículo Base do Território Catarinense. Base Nacional Comum Curricular. Proposta Curricular de Santa Catarina. A importância do lúdico no desenvolvimento infantil. Prevenção de conflitos e violências no ambiente escolar. A Ludicidade no processo de aprendizagem. A criança e a transição da educação infantil para os anos iniciais. Cultura Corporal de Movimentos, Ludicidade e Criatividade. Jogos e Brincadeiras. Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina; Conhecimento da Língua Brasileira de Sinais/LIBRAS.
Referências
SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: Formação Integral na Educação Básica. Florianópolis: SED, 2014 e SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio: Formação docente. Florianópolis: COGEN, 1998. Disponíveis em: http://www.sed.sc.gov.br/servicos/professores-e-gestores/16977-nova-proposta-curricular-de-sc-2014 SANTA CATARINA. Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense. Florianópolis: SED, 2019. Disponível em: https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/30440-curriculo-base-da-educacao-infantil-e-do-ensino-fundamental-do-territorio-catarinense-3 SANTA CATARINA. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, 2020; CADERNOS 2 e 3 e SANTA CATARINA. Portfólio de Componentes Curriculares Eletivos - NOVO ENSINO MÉDIO - Disponíveis em: https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/30899-novo-ensino-medio

Área de concentração/disciplina/componente
Pedagogia
Ementas/conteúdos programáticos
Políticas Públicas e Legislação da Educação Infantil e dos Anos Iniciais Política Nacional de Educação. Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (PEE/SC) 2015/2024. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Docência como Projeto de Vida. Educação Infantil. Ensino Fundamental de nove anos. Interdisciplinaridade. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. Projeto Político e Pedagógico: tendências e finalidades. Planejamento e avaliação. Concepção de criança e infâncias. Processos cognitivos envolvidos na alfabetização. A importância da observação e do registro no processo avaliativo. Gestão Escolar. Alfabetização e Letramento. A importância da literatura infantil e o trabalho com gêneros textuais. A Alfabetização nos diferentes momentos históricos. Tecnologia e alfabetização. A Ludicidade no processo de aprendizagem. A criança e a transição da educação infantil para os anos iniciais. Didática e metodologias nos diferentes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História e Ensino Religioso. Linguagens: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação. Educação e Diversidade. Literatura Infantil e a Arte de Contar História. Gestão Escolar. O processo de ensino- aprendizagem a partir da ótica da psicologia social: a relação entre desenvolvimento e aprendizagem. A abordagem histórico-cultural da aprendizagem. Desenvolvimento infantil na abordagem histórico-cultural. Processos psicológicos elementares e superiores. Educação, Infância e as Teorias de Aprendizagens.
Referências
Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001c. BRASIL. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL. SANTA CATARINA. Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense. Florianópolis: SED, 2019 Disponível em: https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/30440-curriculo-base-da-educacao-infantil-e-do-ensino-fundamental-do-territorio-catarinense-3 SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: Formação Integral na Educação Básica. Florianópolis: SED, 2014. Disponível em: http://www.sed.sc.gov.br/servicos/professores-e-gestores/16977-nova-proposta-curricular-de-sc-2014 SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação, Ciências e Tecnologia. Proposta Curricular de Santa Catarina: estudos temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005. Disponível em https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/31692-propostas-curriculares-de-sc-e-curriculo-base-2 Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (PEE/SC) 2015/2024. Lei/LEI Nº 16.794, de 14 de dezembro de 2015. Disponível em https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/16970-plano-estadual-de-educacao#planoestadual SOARES, M.B. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016. SOARES, M. Alfabetização e Letramento. São Paulo: Contexto, 2017. SOARES, Magda. Alfabetrar. São Paulo: Contexto, 2021. 352 p.

Área de concentração/disciplina/componente
Produção Alimentícia
Ementas/conteúdos programáticos
Tecnologias de melhoria de máquinas e implementos, de controle de insumos, produtos, padrões sanitários e de qualidade, de gerenciamento de resíduos empregados no beneficiamento de produtos de origem vegetal e animal e na sua transformação em alimentos e bebidas. Perfil Profissional de Conclusão, Atribuições e funções do técnico em alimentos. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense - Caderno 1 - Disposições Gerais. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense - Caderno 5: Trilhas de Aprofundamento da Educação Profissional e Tecnológica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica - RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021. Resolução CEE/SC Nº 001/2022 - Estabelece Normas Complementares e Operacionais às Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio para o Sistema Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina.

Área de concentração/disciplina/componente
Produção Cultural e Design
Ementas/conteúdos programáticos
<p>Tecnologias de produção, conservação, difusão, performance e gerenciamento de bens culturais materiais e imateriais, voltadas ao desenvolvimento da economia criativa e da produção cultural em seus vários segmentos, espaços e meios de criação e de fruição artística.</p> <p>Perfil Profissional de Conclusão, Atribuições e funções do técnico em dança.</p> <p>Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense - Caderno 1 - Disposições Gerais.</p> <p>Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense - Caderno 5: Trilhas de Aprofundamento da Educação Profissional e Tecnológica.</p> <p>Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica - RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021.</p> <p>Resolução CEE/SC Nº 001/2022 - Estabelece Normas Complementares e Operacionais às Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio para o Sistema Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina.</p>

Área de concentração/disciplina/componente
Produção Industrial
Ementas/conteúdos programáticos
<p>Tecnologias envolvidas nos equipamentos, sistemas e processos físico-químicos de transformação de matérias-primas e substâncias, integrantes de linhas de produção.</p> <p>Perfil Profissional de Conclusão, Atribuições e funções do técnico em biotecnologia, do técnico em vestuário e do técnico em química.</p> <p>Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense - Caderno 1 - Disposições Gerais.</p> <p>Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense - Caderno 5: Trilhas de Aprofundamento da Educação Profissional e Tecnológica.</p> <p>Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica - RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021.</p> <p>Resolução CEE/SC Nº 001/2022 - Estabelece Normas Complementares e Operacionais às Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio para o Sistema Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina.</p>

Área de concentração/disciplina/componente
Professor Bilingue - Libras
Ementas/conteúdos programáticos
<p>Adequações Curriculares na área da deficiência auditiva; Cultura e identidade surda; O processo de elaboração conceitual. Abordagem Bilingue na escolarização de pessoas com surdez; Modelos de tradução e interpretação; Contraste entre a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa. Aquisição de L1 (LIBRAS) por crianças surdas Língua Portuguesa como segunda língua. Uso do Sistema de FM na Escolarização de Estudantes com Deficiência Auditiva. Atribuições do Professor na área da Deficiência Auditiva – de acordo com o Caderno das Diretrizes do AEE.</p>
Referências
<p>Santa Catarina. Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE). Diretrizes para o atendimento educacional especializado (AEE) na rede regular de ensino de Santa Catarina [livro eletrônico] / Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE). - São José/SC: FCEE, 2021.</p> <p>Aquisição de L1 (LIBRAS) por crianças surdas http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/aquisicaoDeLinguaDeSinais/assets/748/Texto_Base_Aquisi_o_de_l_inguas_de_sinais_.pdf</p> <p>Aprendizagem da LIBRAS http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol13/artig_o3vol13-2.pdf</p> <p>Decreto 7.611/2011; Lei 12.764/2012;</p> <p>Aprendizagem da LIBRAS http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol13/artig_o3vol13-2.pdf</p> <p>Intérpretes Educacionais de Libras – orientações para a prática profissional https://pt.scribd.com/doc/274140899/Interprete-Educacionais-de-Libras-Orientacoes-Para-Pratica-Profissional</p> <p>Cultura e identidade surda http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a13v26n91.pdf http://www.ufjf.br/graduacaoocienciasociais/files/2010/11/Cultura-Comunidade-e-Identidade-Surda-Paula-Guedes-Bigogno.pdf</p> <p>Educação bilingue http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022013000100004</p> <p>Português como segunda língua http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lp_vol2.pdf http://www.ileel.ufu.br/anaisdosiel/wp-content/uploads/2014/11/824.pdf</p> <p>Resolução nº 100/2016/CEE. Estabelece normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina. Disponível em: http://www.cee.sc.gov.br/index.php/legislacao-downloads/educacao-basica/outras-modalidades-de-ensino/educacao-basica/educacao-basica-ensino-especial-resolucoes/1359-resolucao-2016-100-cee-sc</p> <p>SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Política de Educação Especial. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação. 2018.</p>

Área de concentração/disciplina/componente
Professor de Libras/AEE - Instrutor - Itinerante
Ementas/conteúdos programáticos
<p>Adequações Curriculares na área da deficiência auditiva; Cultura e identidade surda; O processo de elaboração conceitual. Abordagem Bilingue na escolarização de pessoas com surdez. Modelos de tradução e interpretação; Contraste entre a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa. Aquisição de L1 (LIBRAS) por crianças surdas Língua Portuguesa como segunda língua. Uso do Sistema de FM na Escolarização de Estudantes com Deficiência Auditiva. Atribuições do Professor na área da Deficiência Auditiva – de acordo com o Caderno das Diretrizes do AEE.</p>
Referências
<p>Resolução nº 100/2016/CEE. Estabelece normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina. Disponível em: http://www.cee.sc.gov.br/index.php/legislacao-downloads/educacao-basica/outras-modalidades-de-ensino/educacao-basica/educacao-basica-ensino-especial-resolucoes/1359-resolucao-2016-100-cee-sc</p>

basica/educacao-basica-ensino-especial-resolucoes/1359-resolucao-2016-100-cee-sc

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Política de Educação Especial. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação. 2018.

Santa Catarina. Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE). Diretrizes para o atendimento educacional especializado (AEE) na rede regular de ensino de Santa Catarina [livro eletrônico] / Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE). - São José/SC: FCEE, 2021.

Aquisição de L1 (LIBRAS) por crianças surdas

http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/aquisicaoDeLinguaDeSiniais/assets/748/Texto_Base_Aquisi_o_de_Linguas_de_Siniais.pdf

Aprendizagem da LIBRAS <http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol13/artigo3vol13-2.pdf>

Decreto 7.611/2011; Lei 12.764/2012;

Aprendizagem da LIBRAS <http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol13/artigo3vol13-2.pdf>

Intérpretes Educacionais de Libras – orientações para a prática profissional <https://pt.scribd.com/doc/274140899/Interprete-Educacionais-de-Libras-Orientacoes-Para-Pratica-Profissional>

Cultura e identidade surda <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a13v2691.pdf> <http://www.ufff.br/graduacaoocienciasociais/fi> les/2010/11/Cultura-Comunidade-e-Identidade-Surda-Paula-Guedes- Bigogno.pdf

Educação bilíngue http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022013000100004

Português como segunda língua http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lp_vol2.pdf <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/11/824.pdf>

Área de concentração/disciplina/componente

Professor Residente

Ementas/conteúdos programáticos

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Organização da educação profissional técnica de nível médio. Pedagogia de Alternância, avaliação (concepções, leis e resoluções que amparam, conselho de classe) e documentação (observação, registros, pareceres) na Educação Profissional e na Educação do Campo.

Referências

SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: Diversidade como Princípio Formativo -2014 p. 51-84 Santa Catarina. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Política de educação do campo / Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação. – Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018. BRASIL. Decreto Federal 90.922, de 6 de fevereiro de 1985 (com alterações do Decreto 4.560). Regulamenta a Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau. BRASIL. Lei Federal 5.524 de 5 de novembro de 1968. Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível Médio. BRASIL. Lei 13.639 de 26 de março de 2018. Cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas.

Área de concentração/disciplina/componente

Psicologia Aplicada

Ementas/conteúdos programáticos

Ciência, desenvolvimento interpessoal, saúde e segurança do trabalho, gestão da qualidade e produtividade, responsabilidade e sustentabilidade socioambiental, qualidade de vida e ética profissional.

Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense - Caderno 1 - Disposições Gerais.

Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense - Caderno 5: Trilhas de Aprofundamento da Educação Profissional e Tecnológica.

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica - RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021.

Resolução CEE/SC Nº 001/2022 - Estabelece Normas Complementares e Operacionais às Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio para o Sistema Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina.

Área de concentração/disciplina/componente

Química

Ementas/conteúdos programáticos

Competências específicas da área de Ciências da Natureza e suas tecnologias, competências gerais, competências específicas da área do conhecimento, objetos de conhecimento, habilidades e conteúdo. Natureza da ciência. Biodiversidade e Universo. Matéria e energia. Como fazemos e argumentamos com Ciência. Matéria, Energia e Ecossistemas. Formas de energia, suas transformações e sustentabilidade. Organização e conservação da Biodiversidade. Origem e evolução do Universo. Estrutura da Terra e universo. Fenômenos naturais e processos tecnológicos. Desafios contemporâneos dos estudantes e preservação da integridade física e socioambiental. Eixos estruturantes dos Itinerários Formativos. Currículo Base do Território Catarinense. Base Nacional Comum Curricular. Proposta Curricular de Santa Catarina.

Referências

SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: Formação Integral na Educação Básica. Florianópolis: SED, 2014 e

SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio: Formação docente. Florianópolis: COGEN, 1998. Disponíveis em: <http://www.sed.sc.gov.br/servicos/professores-e-gestores/16977-nova-proposta-curricular-de-sc-2014> ;

SANTA CATARINA. Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense. Florianópolis: SED, 2019. Disponível: <https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/30440-curriculo-base-da-educacao-infantil-e-do-ensino-fundamental-do-territorio-catarinense-3>

SANTA CATARINA. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, 2020; CADERNOS 2 e 3 - Disponíveis em: <https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/30899-novo-ensino-medio>

Área de concentração/disciplina/componente
Recursos Naturais
Ementas/conteúdos programáticos
Planejar Organizar e monitorar o plantio e a produção de sementes e grãos das culturas do milho, feijão, arroz; Elaborar o cronograma de cultivo das culturas, identificando e avaliando a influência dos fatores climáticos e culturais regionais; Conhecer e monitorar os métodos e técnicas de colheita e pós- colheita das culturas citadas; Conhecer os princípios dos modelos agrônômicos básicos e as características específicas do cultivo de olerícolas, elaborando alternativas para controle de fatores adversos ao clima; - Planejar as ações referentes aos tratamentos culturais das olerícolas de forma a garantir a produtividade aliada a qualidade de produção; - Planejar e monitorar cultivos protegidos, viveiros, casa de vegetação e produção de olerícolas; - Planejar e aplicar métodos de prevenção e controle de “praga” e doenças nas olerícolas; - Planejar e executar o escalonamento de colheita e pós- colheita. Controlar e avaliar o processo reprodutivo aplicando métodos e programas de reprodução animal: Aplicar e avaliar métodos e programas básico de melhoramento genético: Planejar, organizar e monitorar os programas de nutrição alimentar em projetos zootecnia: Caracterizar as bases dos sistemas de criação: Analisar programas profiláticos, higiênicos e sanitários: - Interpretar legislação e norma de controle sanitário: Planejar, organizar e monitorar as possibilidades de otimização dos fatores climáticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimentos de animais: Avaliar o momento para obtenção e preparo da produção: Compreender a criação animal de suinocultura, avicultura de corte e postura, bovinocultura de corte e de leite, produção aquícola, apicultura e cunicultura: Compreender os princípios filosóficos e práticos da homeopatia: Fazer e aplicar homeopatia em animais e plantas: Compreender os processos de implantação e manejo de pastagens anuais e perenes.
Referências
Fernando Antonio Reis Filgueira. Novo Manual de Olericultura - 3ª Edição. Editora UFV. 2008 421 p. Alexandre Bosco de Oliveira, Marcelo de Almeida Guimaraes e Júlio César Do Vale Produção Sustentável de Culturas Anuais. 2016. 360p. Anacleto, Adilson; Cabral, Ana Carolina Fujimura Bertelli; Franco, Luciane Silva. Manual de Horticultura Orgânica: do produtor ao consumidor. Paranaguá, 2017. 97 SANTA CATARINA. CURRÍCULO BASE TERRITÓRIO CATARINENSE. CADERNO Nº3 O CAMPO COMO LUGAR DE “VIDAS”, DE RELAÇÕES HUMANAS, DE DIREITOS HUMANOS, DE CULTURAS E DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS p.295-320. CAMPELLO, E.F.C, FRANCO, A.A. Estratégias de recuperação de áreas degradadas. In: Simpósio, 1., 2001, Governador Valadares. Sustentabilidade da produção de leite no leste mineiro: anais. Governador Valadares: Univale, 2001. p.119-133. WENDLING, I. J., de ALENCAR, C. A. B., AGUIAR, J. L. Uso racional de pastagens para produção animal. In: 2o Simpósio sobre Sustentabilidade da Produção de Leite e Corte da Região do Leste Mineiro. Ed.: MARTINS, C. E., et al. 2004, Governador Valadares: MG Anais... Governador Valadares: 2004. p. 117-146. O comportamento social dos animais DEAG, J. M. EDUSP 1980 Bem-estar animal na agricultura do século XXI. Maria José Hötzel& Luiz Carlos Pinheiro Machado Fº Revista de Etologia, v. 6, n.1, p. 03-15, 2004

Área de concentração/disciplina/componente
Segurança
Ementas/conteúdos programáticos
Tecnologias de controle e eliminação de acidentes e riscos à saúde humana e defesa, de resguardo e vigilância de patrimônios, empregadas na segurança pública e privada, na defesa social e civil, na segurança do trabalho e em ações contra incêndio. Perfil Profissional de Conclusão, Atribuições e funções do técnico em Técnico em Segurança do Trabalho. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense - Caderno 1 - Disposições Gerais. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense - Caderno 5: Trilhas de Aprofundamento da Educação Profissional e Tecnológica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica - RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021. Resolução CEE/SC Nº 001/2022 - Estabelece Normas Complementares e Operacionais às Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio para o Sistema Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina.

Área de concentração/disciplina/componente
Sociologia
Ementas/conteúdos programáticos
Concepções Metodológicas do Ensino da Sociologia; Sociologia da Educação. Competências e Habilidades específicas da Área e do Componente Curricular; Unidades Temáticas e Objetos de Conhecimento; Competências, Habilidades e Conceitos Estruturantes da Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Concepções Metodológicas de Pesquisa em Sociologia; Conceitos sociológicos: Sociedade, Trabalho, Divisão Social do Trabalho, Ethos Social, Desigualdade Social, Ideologia, Cultura, Capitalismo e Liberalismo, Neoliberalismo; Teorias Clássicas da Sociologia e suas interpretações (Durkheim, Marx e Weber); Concepção de Estado; Poder; Movimentos Sociais; Sociologia no Brasil; Partidos Políticos no Brasil; Direitos humanos, Política e cidadania. Educação e Diversidade
Referências
SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: Formação Integral na Educação Básica. Florianópolis: SED, 2014 e SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio: Formação docente. Florianópolis: COGEN, 1998. Disponíveis em: http://www.sed.sc.gov.br/servicos/professores-e-gestores/16977-nova-proposta-curricular-de-sc-2014 ; SANTA CATARINA. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, 2020; CADERNOS 2 e 3 - Disponíveis em: https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/30899-novo-ensino-medio

Área de concentração/disciplina/componente
Tecnologias Educacionais
Ementas/conteúdos programáticos
Evolução das Mídias na Educação. Educação e linguagens multimídia. Metodologia do ensino com o uso de recursos tecnológicos. As TICs e as novas práticas pedagógicas. Interação e aprendizagem mediadas pelas tecnologias: Projetor Multimídia Inteligente, Lousa Interativa, Computadores e Tablets, Kits de Robótica, outros. Portais de Conteúdo Educacional. Ferramentas de Colaboração (Blog, Wiki, Vlog, Redes Sociais Temáticas, outras). Ambientes e Comunidades Virtuais de Aprendizagem. Objetos de Aprendizagem. Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem. Design educacional. Ferramentas e-learning. Recursos educacionais abertos. Gamificação. Tecnologias inclusivas. Tecnologias educacionais e assistivas. Inclusão digital. Softwares educacionais e software livre para a educação. Educação Híbrida. Internet. Internet das coisas, inteligência artificial e automação digital. Ética e noções crítica, significativa e reflexiva do uso das tecnologias. Crimes digitais. LGPD. Pesquisa, pesquisa científica e segurança de dados (fontes seguras): identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências. Cultura Digital. Cultura Maker. Metodologias Ativas. Pensamento Computacional: Algoritmo, Programação, Programação desplugada. Informática básica: hardware, software e redes. Letramento Digital. Currículo Base do Território Catarinense. Base Nacional Comum Curricular: Computação - Complemento à BNCC.
Referências
SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: Formação Integral na Educação Básica. Florianópolis: SED, 2014 e SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio: Formação docente. Florianópolis: COGEN, 1998. Disponíveis em: http://www.sed.sc.gov.br/servicos/professores-e-gestores/16977-nova-proposta-curricular-de-sc-2014 ; CATARINA. Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense. Florianópolis: SED, 2019. Disponível em: https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/30440-curriculo-base-da-educacao-infantil-e-do-ensino-fundamental-do-territorio-catarinense-3 SANTA CATARINA. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, 2020; CADERNOS 2 e 3 e SANTA CATARINA. Portfólio de Componentes Curriculares Eletivos - NOVO ENSINO MÉDIO - Disponíveis em: https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/30899-novo-ensino-medio

Área de concentração/disciplina/componente
Turismo, Hospitalidade e Lazer
Ementas/conteúdos programáticos
Tecnologias de planejamento, organização, supervisão, operação e avaliação do atendimento e do acolhimento em atividades de agenciamento e guiamento, hospedagem, gastronomia, eventos e lazer. Perfil Profissional de Conclusão, Atribuições e funções do técnico em técnico em hospedagem. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense - Caderno 1 - Disposições Gerais. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense - Caderno 5: Trilhas de Aprofundamento da Educação Profissional e Tecnológica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica - RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021. Resolução CEE/SC Nº 001/2022 - Estabelece Normas Complementares e Operacionais às Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio para o Sistema Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina.

ANEXO VII

DECLARAÇÃO

Eu, _____, RG _____,
CPF _____, declaro para os devidos fins que a(s) pessoa(s)
abaixo indicada(s) é(são) componente(s) do núcleo familiar a que integro, de acordo com o grau de
parentesco informado, sendo residente(s) no mesmo endereço, o qual é abaixo indicado e
possui(em) a(s) respectiva(s) remuneração(ões) mensal(is):

	Nome	CPF se possuir	Grau de parentesco	Idade	Renda
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					

*O campo "Renda" é dispensável somente para os familiares menores de 18 (dezoito) anos.

Declaro, por fim, que, em função de minha condição financeira, não posso pagar a taxa de inscrição em Processo Seletivo e estar ciente das penalidades por emitir declaração falsa previstas no parágrafo único do art. 10 do Decreto no 83.936, de 6 de setembro de 1979.

Por ser verdade, firmo o presente para que surtam seus efeitos legais.

_____ de _____ de 2023

[Nome/assinatura do(a) candidato(a)]